



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

MICHELE MOTA SOUZA

VIDA ESTUDANTIL E OS PERCALÇOS DA AFILIAÇÃO UNIVERSITÁRIA: UM OLHAR
SOBRE JOVENS COTISTAS NO RECÔNCAVO DA BAHIA.

CACHOEIRA-BA
2013

MICHELE MOTA SOUZA

VIDA ESTUDANTIL E OS PERCALÇOS DA AFILIAÇÃO UNIVERSITÁRIA: UM OLHAR
SOBRE JOVENS COTISTAS NO RECÔNCAVO DA BAHIA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito avaliativo para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da Prof^ª. Dr^ª. Georgina Gonçalves dos Santos.

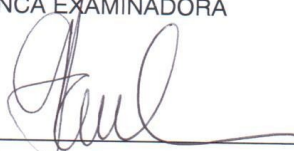
CACHOEIRA-BA
2013

MICHELE MOTA SOUZA

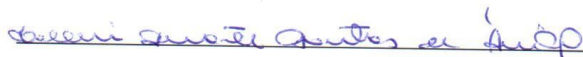
VIDA ESTUDANTIL E OS PERCALÇOS DA AFILIAÇÃO UNIVERSITÁRIA:
um olhar sobre jovens cotistas no Recôncavo da Bahia.

Cachoeira – BA, aprovada em 21/10/2013.

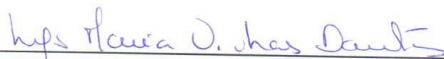
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Georgina Gonçalves dos Santos
(Orientadora – UFRB)



Prof.^a Dr.^a Heleni Duarte Dantas de Ávila
(Membro Interno – UFRB)



Prof.^a Dr.^a Lys Marina Vinhaes Dantas
(Membro Interno – UFRB)

Dedico este trabalho a minha pequena Isadora!

AGRADECIMENTOS

Ter consciência e reconhecer a importância das pessoas que no decurso de nossas vidas nos ajudam e colaboram de algum modo em nossas conquistas, é algo que ultrapassa os limites do que aqui posso escrever. Ainda assim tentarei!

Agradeço antes de tudo, a Deus, força inspiradora de todas as coisas e que fez permanecer em mim o entusiasmo para prosseguir, apesar de todas as dificuldades. Agradeço a minha família, em especial a minha mãe por todo carinho, amizade e dedicação. Ao meu avô (in memória) foi para mim um exemplo de sabedoria e perseverança. Aos meus Tios Josué e Marineide, por terem estado sempre ao meu lado nos momentos em que mais precisei.

Não posso esquecer dos anjos em minha vida a quem chamo de amigos e amigas. Por isso, muito obrigada especialmente a Chirlei Damasceno, Tatiana Santos, Jessica Aparecida, Glédson Cunha, Ana Cláudia de Oliveira, Darlene Machado, Edson Santos. A toda a turma do curso de Serviço Social 2009.2. Ao meu amigo e companheiro Valdir Alves por todo afeto a mim dedicado e constante apoio.

A minha querida orientadora a Professora Georgina Gonçalves dos Santos, pelo compromisso com o meu desenvolvimento acadêmico, pela paciência e compreensão frente as minhas inseguranças. Por ter acreditado em minhas capacidades. Com ela pude aprender que ter conhecimento não é acumular informações, e que as coisas só possuem um real sentido quando atribuímos um significado a elas. Um exemplo de mulher e intelectual com quem tive o privilégio de aprender a pensar certo.

A professora Lys Vinhaes, modelo de competência com quem sempre me senti motivada. Ao *Observatório da Vida Estudantil!* a integração neste grupo me proporcionou a aproximação e envolvimento com a abordagem qualitativa de pesquisa em educação. Agradeço as pessoas com quem nele convivi especialmente a Mariana Leal, Greyssy Araújo, Cristiane Chavier, Larisse Brito e Zenilda Santana. Cujas histórias individuais relacionadas às perspectivas de ingresso na Universidade, bem como as estratégias que traçavam para permanecer neste lugar serviram-me em certa medida, de inspiração. Foram inclusive fundamentais em meu engajamento na Universidade. Agradeço ainda, a todos os professores que acompanharam a minha formação. A Pró Reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade, em que realizei as disciplinas de Estágio. Foi uma experiência ímpar para minha carreira profissional. A todos o meu respeito e eterna gratidão!

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

Boaventura de Souza Santos
“Reconhecer para libertar”

RESUMO

A juventude é uma fase na vida cujos conflitos são intensos, em que determinadas escolhas norteiam os caminhos para a vida adulta. A universidade, apesar da alta seletividade ainda existente, tornou-se uma dessas possíveis escolhas. No entanto aprender a lidar com as regras acadêmicas e institucionais, para conseqüentemente não fracassar é condição fundamental na vida estudantil. Esse aprendizado possui um acentuado grau de dificuldade, que se intensificam quando nos referimos a estudantes ingressos a partir de ações afirmativas, oriundos de camadas sociais mais fragilizadas. Desta maneira, buscamos com este estudo identificar características e dificuldades que envolvem o processo de afiliação ao ensino superior de estudantes cotistas, verificando as diferenças por eles percebidas entre a vida escolar e a universitária. Foram sujeitos desta pesquisa seis estudantes recém ingressos na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), através das políticas de ações afirmativas. O trabalho desenvolve-se pautado em uma abordagem qualitativa, tomando como técnicas a observação participante e a entrevista compreensiva. Assim, foi possível verificar que os primeiros semestres na universidade são marcados por dificuldades e incertezas que ganham formas principalmente através da diferença entre o desenho de ensino vivenciado na escola e agora na universidade. Reclama-se dos assuntos acadêmicos que são aplicados em sala sem considerar o que estudaram antes, indicando problemas no aprendizado por não saberem de assuntos que deveriam ter sido vistos no ensino médio. Apontam ainda, para a falta de informação em relação a programas assistenciais e de setores na universidade, desenvolvendo a sensação de “estar perdido”, assim como a falta de apoio institucional. A família apresentou-se de modo fundamental tanto na pretensão de ingresso quanto na permanência universitária. Os estudantes indicam que a necessidade de não passar pelas mesmas privações vividas pelos familiares juntamente com o contínuo apoio recebido, de caráter emocional e/ou financeiro foram fundamentais para a continuidade dos estudos. Percebemos que o ingresso na universidade significa para estes sujeitos uma possibilidade de realização pessoal e ascensão econômica apesar das dificuldades experienciadas no cotidiano acadêmico. Podemos compreender que o processo de afiliação a vida universitária requer desses jovens o desenvolvimento de habilidades práticas que possibilitem a permanência nesse novo espaço que diferente da escola, os prepara para a vida adulta e não para uma nova série colegial. Ressalta-se ainda que as formas e o ritmo de aprendizagem manifestam-se de modo diferente entre os graduandos, tendo em vista que os mesmos possuem pouco tempo para adquirir determinadas competências que os engajem a Universidade, assim como características e condições de vida diferenciadas. O que nos aponta para a necessidade de melhores condições Pedagógicas e institucionais que propiciem mecanismos de integração que levem em consideração as peculiaridades dos estudantes auxiliando-os no processo de afiliação ao ambiente Universitário.

Palavras-chave: Juventude. Afiliação universitária. Ações afirmativas.

ABSTRACT

Youth is a stage in life whose conflicts are intense in certain choices that guide the paths to adulthood. The university, despite the high selectivity still exists, has become one of those possible choices. However, learning to cope with the academic and institutional rules, therefore not to fail is fundamental in student life. This has a severe learning difficulty, which intensifies when referring to students' tickets from affirmative action, coming from vulnerable social strata. Thus, this study sought to identify characteristics and difficulties involved in the process of affiliation to higher education for students' shareholders, checking the differences they perceived between school and university life. The study subjects were six freshmen students at the Federal University of Bahia Recôncavo (UFRB), through affirmative action policies. The work develops ruled by a qualitative approach, using techniques such as participant observation and comprehensive interview. Thus, it was possible to verify that the first semester in college are marked by difficulties and uncertainties winning ways mainly through the difference between the design of learning experienced in school and now in college. Calls up the academic subjects that are applied in the classroom without considering what they had studied before, indicating problems in learning for not knowing the issues that should have been seen in high school. Also point to the lack of information in relation to welfare programs and university sectors, developing a sense of "being lost", as well as the lack of institutional support. The family presented so far in the fundamental claim admission as the university residence. Students indicate that the need not go through the same hardships experienced by families along with the continuous support received, character emotional and / or financial support were essential for the continuation of studies. We realize that entering university means to these guys a possibility of personal fulfillment and economic rise despite the difficulties experienced in daily academic. We understand that the process of affiliation with university life requires these young people develop skills that enable practices to remain in this new space that differs from school, prepare them for adult life and not for a new high school series. It is noteworthy that the forms and pace of learning are manifested differently among undergraduates, given that they have little time to acquire certain skills that engage the University, as well as characteristics and living conditions differentiated. What points us to the need for better Pedagogical and institutional mechanisms that facilitate the integration taking into account the peculiarities of students helping them in the process of affiliation with the university environment.

Keywords: Youth. University affiliation. Affirmative action.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 O CENÁRIO EDUCACIONAL NO PAÍS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR	13
1.1 Políticas de Ações Afirmativas: do que estamos falando?	13
1.2 O ingresso dos estudantes de origem popular. “E aos poucos a universidade vai ganhando um novo público”	19
1.3 Da escola a Universidade: refletindo sobre esse momento de transição na fase juvenil.....	23
2 JUVENTUDE E OS PERCALÇOS DA AFILIAÇÃO UNIVERSITÁRIA	29
2.1 Das diversas formas de ser jovem	29
2.2 Sobre o conceito de afiliação.....	39
2.3 É possível ser cotista em uma universidade federal e ter sucesso?	41
3 DAS CARACTERÍSTICAS E DIFICULDADES QUE ENVOLVEM O PROCESSO DE AFILIAÇÃO.....	45
3.1 Passos metodológicos	45
3.2 Início da jornada universitária. “É que na escola é diferente daqui”	47
3.3 Aprendendo o ofício de estudante. “Eu não tinha noção do que era a universidade, mas sabia que era por aqui que tinha que vir”	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	61
APÊNDICE	

INTRODUÇÃO

Os mecanismos empregados para o aumento do número de vagas nas instituições de ensino superior através de medidas voltadas para o acesso e permanência na educação, dentre as quais situa-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação do Ensino Superior (REUNI) assim como as Políticas de Ações Afirmativas, estão provocando uma considerável mudança no perfil discente das Instituições de Ensino Superior, na medida em que elevou o nível de oportunidades para esta modalidade de ensino, dando espaço a estudantes de camadas mais pobres. Tais propostas “representam um esforço meritório no sentido de combater o tradicional elitismo social da universidade pública, em parte responsável pela perda de legitimidade social desta instituição”. (SANTOS, 2003, p.52)

É importante enfatizar que a idealização e realização desta monografia decorrem de duas experiências em minha trajetória universitária. A primeira delas foi à integração ao Grupo de pesquisa e extensão Observatório da Vida Estudantil-OVE, atuante na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia há quatro anos, com instalações em duas escolas estaduais nos municípios de São Félix e Cachoeira, com o Projeto “Aproximando a educação básica do ensino superior.” Esse envolvimento me fez reforçar implicações trazidas de tempos antes da experiência Universitária, quando ainda secundarista de escola pública, percebia dentre outras coisas, a divergência entre as exigências postas em uma prova de vestibular e ao que tinha acesso no colégio. Trata-se das deficiências existentes nas escolas públicas brasileiras, que de modo substancial não contribui plenamente para a formação no imaginário de seus alunos da universidade enquanto uma de suas possibilidades após o ensino médio.

A segunda experiência manifestou-se quando fui contemplada com uma bolsa de iniciação científica PIBIC fomentada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Através do plano de trabalho que me coube desenvolver, foi possível contribuir com as ações já iniciadas e mantidas pelo projeto do grupo. A pesquisa consistia em mapear os principais aspectos pautados no processo de afiliação a vida na Universidade de estudantes pobres, ingressos na UFRB a partir das políticas de ações afirmativas e que eram beneficiários dos programas de assistência estudantil desta Instituição. Desta forma, enfatizo que este trabalho é fruto destas experiências, e resultados com elas obtidos norteiam o que aqui apresento.

Tendo em vista que o processo de afiliação¹ ao ensino superior é marcado por inseguranças, sobretudo quando se trata de estudantes de origem popular, que em alguns casos são os primeiros em suas famílias a ingressarem na universidade. Este trabalho buscou conhecer as principais características e dificuldades que envolvem o processo de afiliação ao ensino superior de estudantes ingressos na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB a partir das políticas de ações afirmativas, no Centro de Artes Humanidades e Letras.

É importante demarcar que o presente trabalho abarcou aleatoriamente estudantes cotistas do segundo ao quarto período. Sendo assim, foram sujeitos desta investigação estudantes de quatro dos oito cursos ofertados no CAHL. De modo mais específico foram investigados trabalhadores estudantes; estudantes beneficiários da Pró Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) e estudantes bolsistas vinculados a Projetos de pesquisa.

Todos estes sujeitos possuem como característica em comum o fato de serem cotistas. E sobre a política de cotas indica-se que a mesma foi sancionada em 29 de agosto de 2012 almejando garantir de forma progressiva nos próximos quatro anos, cinquenta por cento das vagas em Instituições de ensino superior a estudantes oriundos de escolas públicas, levando em conta critérios socioeconômicos. No entanto, o processo de afiliação ainda que se trate de um mesmo segmento social, é significativamente diferente entre os alunos, pois além de terem a heterogeneidade como característica peculiar, estabelecem diferentes relações com o saber, estabelecem formas distintas de se relacionar, com o mundo, com se próprio e com os outros (CHARLOT, 2000, p.78).

Nesse sentido, os trabalhadores estudantes foram elencados para a investigação por terem uma dinâmica cotidiana em que os estudos não ocupam o centro de suas ações, fazendo uso de estratégias para lidar com as regras do ambiente universitário (assim como todos os estudantes), mas neste caso para conseguir conciliar o ofício de trabalhador ao ofício de estudante. Já os estudantes assistidos pela PROPAAE por conformarem um contingente estudantil em maior vulnerabilidade social, tendo em vista os critérios de seleção para a concessão destes auxílios. E por fim, estudantes bolsistas de Iniciação Científica ao pensarmos na importância da pesquisa e extensão no processo de formação profissional.

São inúmeras as dificuldades vividas por estudantes cotistas no ensino universitário. Nesse sentido, aprender a lidar com as regras acadêmicas e institucionais, para conseqüentemente não fracassar é condição fundamental na trajetória estudantil. Agora

¹ Tempo em que o estudante aprende o manejo relativo das regras institucionais identificado especialmente pela capacidade de interpretá-las ou transgredi-las.(COULON, 2008,p.32)

pensemos, é possível ser cotista em uma Universidade Federal e ter sucesso? Como é ser trabalhador e universitário? Como lidar com as regras desse novo espaço e não fracassar? Questões como essas se manifestam quando se busca compreender os meandros da vida universitária a partir dos estudantes, percebendo as dificuldades que emanam no processo de afiliação Universitária, tendo em vista que, “O colégio e a universidade não têm a mesma comunidade de *habitus* (...) é preciso “esquecer” sua cultura anterior de estudante de ensino médio, para substituí-la por uma nova cultura, mais complexa, mais sofisticada, tão mais difícil de decodificar e adquirir na medida em que é mais simbólica.” (COULON, 2008, p.42). É preciso aprender a desenvolver “competências intelectuais, acadêmicas e pessoais, tais como: o estabelecimento e a manutenção de relações interpessoais, o sentido de identidade e o processo de tomada de decisão acerca da carreira.” (CUNHA e CARRILHO, 2005, p.217)

Este trabalho será apresentado em três capítulos, além desta introdução. A princípio apresento uma breve análise sobre o cenário educacional no país no que se refere ao ensino superior, abordando aspectos como as políticas de ações afirmativas e a inserção de estudantes de origens pobres no espaço universitário. Busco aí fazer uma breve reflexão sobre elementos e entraves que envolvem a fase de transição para a vida adulta. Posteriormente, esboço alguns contributos sobre a noção de juventude, mais especificamente sobre as diversas formas de ser jovem. Busco relacionar ainda, algumas considerações sobre o conceito de afiliação universitária, e neste caso o processo de afiliação de estudantes cotistas.

Em um terceiro momento do texto descrevo os passos metodológicos da pesquisa, dentre os quais indico como se gestou a escolha dos sujeitos, método e técnicas do trabalho empreendido. Compartilhando com o leitor a análise e discussão dos dados colhidos com a investigação. Apresentando as considerações finais sobre o estudo, bem como sua relevância e implicações para o conhecimento da área de formação.

1 O CENÁRIO EDUCACIONAL NO PAÍS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR.

1.1 Políticas de Ações Afirmativas: do que estamos falando?

O termo ação afirmativa surge pela primeira vez nos Estados Unidos da América. Aqui no Brasil a utilização das então chamadas políticas de ações afirmativas aparece especialmente atrelada à experiência deste País. No entanto verifica-se que medidas em prol do fomento a participação e inclusão de públicos discriminados em determinadas instâncias da sociedade ocorriam em vários outros lugares do mundo, antes da experiência Norte americana o que pode ser verificado “na coletânea *International perspectives on affirmative action: conference report*, publicada em 1984 pela Rockefeller Foundation”. (MEDEIROS, 2007, p.127). Como no caso,

(...) da Índia, cuja Constituição, já em 1948, por meio de seu artigo 16, reformulado em 1951, estabelece cotas para membros de “castas catalogadas” e, mais tarde, também de “tribos catalogadas”, além de medidas especiais para portadores de deficiência. Na década seguinte, a Malásia criaria um sistema destinado a estimular, via cotas, a participação da etnia bumiputra – os malaios propriamente ditos – numa economia dominada por chineses e indianos. No Líbano, o sistema de acesso ao serviço público e à universidade utiliza cotas que reproduzem a participação das diferentes seitas religiosas na população. Na antiga União Soviética, quatro por cento das vagas da Universidade de Moscou eram reservadas a alunos provenientes da Sibéria, uma das regiões mais atrasadas do país. Já na Noruega, da mesma forma que na Bélgica, o foco dessas políticas são os imigrantes. Estes últimos, desde que de origem africana ou asiática, também são alvo de políticas especiais no Canadá, juntamente com “povos aborígenes” (indígenas), mulheres e portadores de deficiência. Mais perto de nós, na América do Sul, a Colômbia tem cadeiras no parlamento reservadas para afrocolombianos, enquanto no Peru são os indígenas o objeto de políticas particulares. (IDEM)

Resultados de efervescentes debates a nível global, as políticas de ações afirmativas, conformam significativas ações por parte do poder público na tentativa de compensar os efeitos tributários das profundas desigualdades sociais existentes Brasil. Atualmente e de acordo com Gomes (2007) podemos defini-la como,

Um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais (...) Em síntese, trata-se de políticas e de mecanismos de inclusão concebidos por entidades públicas, privadas e por órgãos dotados de competência jurisdicional, com vistas à concretização de um objetivo constitucional universalmente reconhecido – o da efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito. (GOMES, 2007, p.55)

As políticas de ações afirmativas visam fomentar o ingresso de estudantes pobres nas Instituições de Educação Superior, que em nosso País são majoritariamente afro descendentes. O Projeto de lei sancionado em 29 de agosto de 2012 garante de forma progressiva que nos próximos quatro anos, cinquenta por cento das vagas em Instituições de ensino superior sejam destinadas à estudantes oriundos de escolas públicas, levando em conta critérios socioeconômicos. É pertinente frisar que são vários os elementos que nos permite perceber a dimensão dos problemas relacionados a discriminação racial no Brasil. A começar pelo fato de concentrarmos, um dos maiores contingentes populacionais com ascendência africana, conformando a maior parcela de seus habitantes. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE em 2010, o Brasil contava com uma população de 191 milhões de habitantes, dos quais 91 milhões se classificavam como sendo, brancos (47,7%), 15 milhões como pretos (7,6%), 82 milhões como pardos (43,1%), 2 milhões como amarelos (1,1% e 817 mil indígenas (0,4%). Entretanto se apesar da verificação dos dados estatísticos a maioria da população seja composta por afro descendentes, não se deve desprezar a legítima importância de pensarmos no povo indígena, participantes ativos na formação do Brasil.

A desigualdade é uma das mais arraigadas características desta nação, relevada historicamente pela forma como se gestou o processo de abolição dos trezentos anos de escravidão do povo africano. Em que homens e mulheres negros, instituídos como homens e mulheres livres, passam a viver a margem da sociedade, tendo na cor da pele e na sua origem a marca da exclusão. “E assim O tempo passou, (...) e nada foi feito em favor dos negros, ex-escravos e descendentes de escravos, que pudesse compensar o mal feito e minimamente prepará-los para a vida como homens livres.” (VIEIRA, 2007, p.84)

Após as primeiras três décadas do século XX, “quando se quis exterminar os negros pelo “branqueamento”, esses se viram acolhidos pelas novas formulações doutrinárias e

teóricas que reconheciam sua existência, porém como integrantes de uma raça inferior, assimilável pela raça branca dominante.” (IDEM).

Segundo Guimarães (2005) é por volta dos anos 30 que se organiza pela primeira vez o movimento político negro. No Brasil neste mesmo século, agora no final da década de oitenta, intensificam-se as lutas em prol da “reparação” dos danos aos descendentes de ex escravos. Justamente porque naquele momento o País vivencia um processo de redemocratização e abertura política, com o fim do regime militar instalado na década de sessenta. Deste modo novos passos começam a ser dados rumo à tentativa da efetiva garantia de igualdade de direitos, tendo em vista os critérios da diferença.

Esta temática Racial passa efetivamente a fazer parte de nossa agenda política dos movimentos sociais na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância correlata ocorridas entre os meses de agosto e setembro de 2001 em Durban.

Apesar dos consideráveis avanços na discussão sobre a referida temática, permanecem ainda determinadas resistências, pautadas principalmente no “mito” da Democracia Racial², e no princípio da igualdade³. E é neste sentido que as políticas de ações afirmativas se constituem como importantes instrumentos de compensação por parte do Estado⁴ cujo objetivo é o de proporcionar mecanismos de igualdade de oportunidade e acesso a determinados espaços e direitos sociais, para segmentos em situação de exclusão ou desvantagem por características peculiares, como raça, ou gênero.

Sabemos que constitucionalmente a educação é um direito de todos e dever do Estado. Entretanto, por muito tempo determinados espaços na hierarquia educacional se destinavam apenas a elite do País. Hoje essa realidade conquistou avanços substanciais que vêm desenhando uma nova aparência ao contingente estudantil de nossas Universidades, mesmo

² Para maiores entendimentos ver GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. “Democracia racial.” Disponível em <http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Democracia%20racial.pdf>

³ O Art. 5º da Constituição Federal prevê que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.”

⁴ Cabe ao Estado o importante papel de impulsão, mas ele não deve ser o único ator nessa matéria. Cabe-lhe traçar as diretrizes gerais, o quadro jurídico à luz do qual os atores sociais poderão agir. Incumbe-lhe remover os fatores de discriminação de ordem estrutural, isto é, aqueles cancelados pelas próprias normas legais vigentes no país, como ficou demonstrado acima. Mas as políticas afirmativas não devem se limitar à esfera pública. Ao contrário, devem envolver as universidades públicas e privadas, as empresas, os governos estaduais, as municipalidades, as organizações governamentais, o Poder Judiciário etc. GOMES (2007, p.76)

que ainda determinados espaços e carreiras estejam ocupados por segmentos sociais mais abastados, devido inclusive e principalmente, as deficiências engendradas nas escolas públicas brasileiras.

Tais avanços, ainda iniciais, relacionados com a educação superior somente foram possíveis graças às políticas compensatórias, ou de ações afirmativas que favorecem o ingresso de estudantes indígenas, afrodescendentes e oriundos de escolas públicas em Instituições de ensino Superior através das cotas. Assim, as ações afirmativas, enquanto “(...) políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado discriminatório, cumprem uma finalidade pública decisiva para o projeto democrático, que é a de assegurar a diversidade e a pluralidade social.” (PIOVESAN, 2007, p.40).

E sendo a Universidade, um espaço público e de poder, haja vista que através desta inserção, torna-se mais possível a ascensão e mobilidade social, suas dependências devem e precisam cada vez mais ser ocupadas pelas camadas populacionais confrontadas com condições sociais desfavoráveis e que majoritariamente possuem ascendência africana.

Utilizando os argumentos de Jaccoud e Beghin (2002) é oportuno situarmos que as políticas de ações afirmativas, enquanto mecanismo emergencial na busca pela equidade e redução de disparidades sociais entre os indivíduos que compõem determinado povo não se restringem as cotas. Consistindo deste modo em medidas cujos objetivos fundamentais visam,

[...] garantir a oportunidade de acesso dos grupos discriminados, ampliando sua participação em diferentes setores da vida econômica, política, institucional, cultural e social. Elas se caracterizam por serem temporárias e por serem focalizadas no grupo discriminado; ou seja, por dispensarem, num determinado prazo, um tratamento diferenciado e favorável com vistas a reverter um quadro histórico de discriminação e exclusão. (JACCOUD e BEGHIN, 2002, p.67)

É do conhecimento de muitos, entretanto, que o ingresso em qualquer Instituição Pública de educação superior, está vinculado ao pré-requisito que o então secundarista passe por uma seleção, sejam elas por meio dos vestibulares ou o Exame Nacional do Ensino Médio. Neste sentido é oportuno considerar que sendo a educação um direito de todos e dever do Estado, como já frisamos linhas acima, e não se limitando a escola até o momento em que o estudante finaliza o ensino médio, isso deveria ser diferente. Feita esta consideração, incorremos que a realidade escolar da maioria dos jovens brasileiros de escolas públicas,

discriminados pelas suas respectivas condições sociais e/ou racial, destoam significativamente das exigências postas nessas provas de seleção para o ingresso em universidades.

Desta maneira, apesar das cotas sócio-raciais fazerem parte das políticas de acesso e permanência de Instituições de Educação Superior, o fenômeno é tema de fortes debates. Existe no seio do debate posicionamentos que compactuam com as medidas, bem como posicionamentos contrários. Um desses argumentos contrários diz respeito a garantia do mérito individual na seleção de concursos e provas como o vestibular, por exemplo. Segundo este argumento, uma pessoa que tivesse obtido menor nota, sairia beneficiada em detrimento de outra, descaracterizando desta forma mérito. Obviamente, em um País veladamente racista como o nosso, medidas desta natureza, gerariam sem margem de dúvidas posicionamentos como esse e outros, principalmente pela desinformação, ou informações manipuladas que se propagam inclusive através das negativas influências midiáticas. Na tentativa de rebater o discurso do desmerecimento meritório, alguns posicionamentos são colocados. Neste sentido, Medeiros (2007) aponta que,

(...) os proponentes da ação afirmativa defendem não é o abandono do mérito como critério de admissão à universidade (ou ao emprego), mas a reelaboração desse critério de modo a torná-lo não somente mais justo, mas também mais eficaz como instrumento de avaliação. Isso significa levar em consideração fatores como filiação racial, origem, renda, local de moradia e outros, juntamente com a capacidade de superar obstáculos. Vale referir como exemplo a concessão, pela PUC/Rio, de bolsas de estudos para alunos provenientes dos chamados pré-vestibulares para negros e carentes – forma de ação afirmativa sem utilização de cotas que vem sendo implementada há cerca de dez anos, tendo beneficiado mais de quatro mil alunos até o momento. É significativo observar que esses alunos, cujas notas no vestibular são quase sempre mais baixas que a média, têm revertido, ao final do curso, essa situação, graduando-se com notas mais altas que a média dos alunos pagantes. Isso indica a validade de um dos argumentos em defesa da ação afirmativa: o de que as pessoas por ela beneficiadas costumam agarrar-se à oportunidade, diferentemente daqueles para quem fazer um curso superior, por exemplo, são “favas contadas”. (MEDEIROS, 2007, p.128-129)

Outro argumento desfavorável às políticas aqui brevemente referenciadas, diz respeito à violação do princípio da igualdade, sobre a ótica de que somos todos iguais perante a lei, independente de cor, credo e demais características de natureza. Parece curioso em um País detentor de uma vasta diversidade cultural e fenotípica, cujas desigualdades sociais são

latentes e as diversas formas de discriminação, principalmente as de cunho racial que podem ser vistas e sofridas cotidianamente, através inclusive de discursos e ações triviais, possa haver quem utilize o argumento de que as ações afirmativas, e neste caso as medidas de cotas raciais, firmam o princípio da igualdade.

De acordo com os adeptos ao argumento da violação do princípio da igualdade, as cotas dariam forma a uma espécie de injustiça com os alunos brancos, e tendo em vista o grau de mestiçagem no País poderia gerar fraudes no momento da auto declaração, ou seja, brancos se declarariam pretos ou pardos para conseguirem a vaga pleiteada. Sobre isso Munanga (2003) diz não acreditar que,

Todos os alunos brancos pobres possam cometer este tipo de fraude para ingressar na universidade pública, por causa da força do ideal do branqueamento ainda atuando no imaginário coletivo do brasileiro. Um racista essencialista, psicologicamente convencido da superioridade de sua “raça” não troca de campo com tanta facilidade. (...) Não vejo necessidade em recorrer seja ao exame da árvore genealógica dos auto declarados negros, seja ao exame científico através do teste de DNA. Se constatar depois de algum tempo e experiência que a maioria de alunos pobres beneficiados pela política de cotas é composta de alunos brancos pobres falsificados em negros, será então necessário reavaliar os critérios até então adotados. De qualquer modo, os recursos investidos não seriam perdidos, pois teriam sido aproveitados por segmento da população que também necessita de políticas públicas diferenciadas. (MUNANGA, 2003, p.3)

Ainda sobre este mesmo princípio, de acordo com Gomes (2007) a concepção moderna e dinâmica do princípio constitucional da igualdade, “conclama o Estado a deixar de lado a passividade, a renunciar à sua suposta neutralidade, adotando um comportamento ativo, positivo, afirmativo, quase militante, na busca da concretização da igualdade substancial.” Ressalta-se ainda que o País compactua com instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos, inclusive a Convenção internacional sobre as diversas formas de discriminação racial. Desta maneira, ficam ratificadas pela constituição cidadã de 1988, acordos que emanam destas convenções. E neste processo ficam respaldadas constitucionalmente determinadas medidas de natureza afirmativas.

Trata-se de políticas com vistas a equiparar reflexos de expressivas iniquidades sociais. E ao pensarmos no cenário educacional brasileiro consideramos ser fundamental condicionar a ampliação da trajetória educacional da maioria de nossos jovens. Desta forma as ações

afirmativas desenham uma possibilidade em curto prazo de reverter às discrepâncias existentes entre o número pretos, pardos e pobres no ensino superior em relação às demais camadas societárias.

1.2 O ingresso dos estudantes de origem popular. “E aos poucos a universidade vai ganhando um novo público”

Como vimos às políticas de ações afirmativas, se configura como um dos mecanismos de intervenção legitimado pelo Estado, através de fortes movimentações sociais. Deste modo, o processo de democratização ao ensino superior através da expansão do número de vagas em universidades, ações afirmativas e de assistência estudantil, representam um fenômeno que efetivamente está favorecendo o acesso de jovens oriundos de camadas populares a terem a oportunidade de ingressarem e permanecerem nas universidades. Estes mecanismos vêm contribuindo para que a universidade pública aos poucos ganhe um novo público. Ao pensarmos na universidade enquanto Instituição Social considera-se relevante tratarmos aqui de alguns aspectos históricos que a conformam, bem como sobre debates e esforços gestados nas últimas décadas em prol de sua efetiva democratização.

Começamos então por incorrer que,

A partir das revoluções sociais do século XX e com as lutas sociais e políticas desencadeadas a partir delas, a educação e a cultura passaram a ser concebidas como constitutivas da cidadania e, portanto, como direitos dos cidadãos, fazendo com que, além da vocação republicana, a universidade se tornasse também uma instituição social inseparável da idéia de democracia e de democratização do saber: seja para realizar essa idéia, seja para opor-se a ela, no correr do século XX a instituição universitária não pôde furtar-se à referência à democracia como uma idéia reguladora. (CHAUI, 2003, p.6)

Nesta perspectiva, em outro momento do texto enfatizei que a Educação é um direito de todos e dever do Estado, o que é bem verdade. No entanto, com a reforma do Estado ocorrida alguns anos atrás, em finais do século XX, ficou estabelecido que bens públicos como a educação, saúde e cultura não mais seriam demandas exclusivas deste órgão. Subvertendo desta maneira, direitos que deveriam ser públicos e gratuitos para serviços. Podendo estes ser

administrados por setores privados, configurando a mercantilização e competição sobre a prestação de serviços “públicos”. Deste modo, e de acordo com Santos (2004)

A perda de prioridade na universidade pública nas políticas públicas do Estado foi, antes de mais, o resultado da perda geral de prioridade das políticas sociais (educação, saúde, previdência) induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico conhecido por neoliberalismo ou globalização neoliberal que, a partir da década de 1980, se impôs internacionalmente. Na universidade pública ele significou que as debilidades institucionais identificadas – e não eram poucas –, em vez de servirem de justificação a um vasto programa político-pedagógico de reforma da universidade pública, foram declaradas insuperáveis e utilizadas para justificar a abertura generalizada do bem público universitário à exploração comercial. (SANTOS, 2004, p.9-10)

A Universidade por muito tempo se destinou a formação de elites. No entanto, as mudanças ocorridas e impulsionadas principalmente pela inserção do País na lógica da globalização neoliberal geraram mudanças substanciais na conformação desta instituição.

Os reflexos da inserção do País na lógica indicada anteriormente, rumo a uma espécie de desenvolvimento pautado na redução de direitos, competição entre organizações empresariais para oferta de bens públicos, bem como, na produção e reprodução de desigualdades, contribuiu para que Santos (2004) categorizasse três crises intimamente vinculadas no interior da Universidade Pública, e que tiveram que ser geridas pela mesma. São elas: a crise de hegemonia, justamente pelas contradições que passam a se estabelecer neste espaço, manifestas através da relação entre as suas tradicionais funções voltadas para uma formação humanística, de alta cultura e conhecimento crítico, e as que surgem ao longo do século XX, com a necessidade de formação de massas para a manutenção da ordem social vigente.

Neste passo, e como o País agregou-se a prerrogativa do Estado mínimo, a Universidade deixa de ser o que era outrora: a única Instituição responsável pela formação superior. A segunda crise é a da legitimidade, que segundo o autor, se estabelece diante das novas frentes de saberes especializados e as movimentações em prol da democratização do ensino superior.

A institucional é terceira crise apontada por Santos (2004), pois se tornou condição fundamental para a Universidade, enquadra-se cada vez mais a níveis de eficácia e produtividade característicos de uma empresa, em contradição a suas reivindicações por autonomia bem como, aos objetivos e valores de uma Instituição social.

A referência feita a Universidade aqui é enquanto Instituição social, desta forma é relevante ponderar uma distinção entre Instituição social e organização social⁵. Neste sentido de acordo com Chauí (2003) dizemos que,

A instituição social aspira à universalidade. A organização sabe que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade. Isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares. (CHAUI, 2003, p.6)

Isto posto, incorremos que com a grande importância atribuída aos saberes e às qualificações formais, adquiridos mediante o sistema de ensino. “Cresce e se diversifica o leque de ocupações profissionais e técnicas de elevada qualificação a que só acessadas pelos detentores de diplomas de nível superior.” (GUERREIRO e ABRANTES, 2005, p.158) Com o aumento desta demanda “(...) devido aos processos de urbanização e de modernização do Brasil, acirrou-se a competição por vagas nas universidades públicas.” (SANTOS e ALMEIDA FILHO, 2008, p.226)

No entanto, e diante das crises institucionais vivenciadas contemporaneamente pela Universidade brevemente relacionadas acima, às deficiências instaladas em prol da garantia de bens públicos como a educação se aguçam e as pressões sociais com vistas a democratização do ensino público superior são exercidas na tentativa de garantir respostas fundamentais como a possibilidade de acesso a camadas pobres, contribuindo para a criação de alternativas de sobrevivência e ascensão social em tempos de globalização.

É neste sentido, que consideramos que Universidade pública brasileira, enquanto Instituição social “se encontra num momento privilegiado, tanto em termos de conjuntura externa quanto de conjuntura interna, para consolidar, ampliar e aprofundar processos de transformação já em curso.” (SANTOS e ALMEIDA FILHO, 2008, p.196) Isto foi possível através de ações que nos últimos anos estão criando novas possibilidades de acesso a este nível educacional. Basicamente nas medidas voltadas ao acesso e permanência encontram-se o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES); o programa INCLUIR (tendo por objetivo garantir acessibilidade às pessoas com limitações de locomoção); o Plano

⁵ “A distinção entre instituição social e organização social utilizada é de inspiração francfortiana, feita por Michel Freitag em *Le naufrage de l’université*. Paris: Editions de la Découverte, 1996.” CHAUI (2003,p.6)

Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes); o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e por fim o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) com vistas a expandir e interiorizar campus de Universidades Públicas e Federais, representando um “poderoso indutor de eficiência institucional e de qualificação pedagógica.” (IDEM) vindo a contribuir para a redução da dívida social para com determinadas camadas sociais. Dando formas a um processo de efetiva democratização do saber no espaço Universitário.

É do conhecimento de muitos que Universidade sempre foi espaço formador de elites. Em outras palavras pobres, negros e demais sujeitos que constituem diversidade de um povo não tinham chances, ou se quer almejavam adentrar a esse espaço. Neste sentido, as medidas de expansão, acesso e permanência em educação Superior, como já frisamos anteriormente “representam um esforço meritório no sentido de combater o tradicional o elitismo social da universidade pública, em parte responsável pela perda de legitimidade social desta instituição” (SANTOS, 2004, p.52) E apesar dos avanços, ainda estamos longe de alcançar uma aproximada assimetria.

É comum ao evidenciarmos medidas em prol das camadas mais fragilizadas, argumentos de contra corrente, com o intuito de impedir ou estagnar tais ações. Não é diferente com as políticas e programas direcionados a educação superior, mas especificamente a expansão do acesso público. Críticas incoerentes foram direcionadas ao REUNI, como por exemplo, as relacionadas a queda do nível das Universidades, enfatizando o que ocorreu com as escolas públicas. E que ao invés de executar a construção de novos campus, através inclusive do processo de interiorização, deveriam ser melhoradas as instituições já existentes.

É incontestável que toda e qualquer iniciativa é passível de falhas, devendo estas serem aprimoradas e (re) construídas através de nossas praticas cotidianas e o que se argumenta aqui não é uma defesa irreflexiva. Sendo assim, não podemos perder de vista que apesar de todas as medidas inclusivas, e/ou de natureza afirmativa em média nacional apenas 24,31% dos jovens brasileiros, com idade entre 18 e 24 anos, tiveram acesso ao ensino superior, isto de acordo com dados do relatório do primeiro ano do plano em questão. Afinal o que de fato é necessário é ampliar políticas e recursos para educação de um modo geral e em particular para o ensino superior.

Sem mais delongas, estamos falando de um País com grande potencial econômico, cultural, natural e humano, mas com mazelas abissais. Deste modo, ao compreendermos as condições de desigualdade e excludência manifestadas na vida de parte majoritária da população brasileira, e que configuram um cenário de profunda injustiça social, devemos

também compreender que a educação significa uma mola propulsora para emancipação e mobilidade social destes sujeitos. Neste sentido a Universidade, ou melhor, o acesso e garantia de permanência nesta instituição representa em considerável medida, tais possibilidades. E parafraseando Santos e Almeida Filho (2008) mesmo com as políticas e programas até aqui direcionados esta é uma realidade ainda distante de ser superada. Esperar a melhoria do que temos para depois fomentar o ingresso da maioria traria retardos a um movimento de busca pela redução de profundas desigualdades sociais. Seria inclusive necessário que o “comercio” educacional vigente em tempos de globalização, bem como a elite nacional formadas e projetadas para a Universidade, “parassem no tempo” aguardando nas palavras de Munanga (2003) o ingresso dos negros e/ou pobres.

E para que a Universidade continue ganhando um novo público ela, precisa agregar estudantes de todos os segmentos sociais, “(...) propiciando condições para a plena aderência dos estudantes (...) com a disponibilização de recursos pedagógicos e financeiros para uma formação profissional plena na universidade pública.” (SANTOS e ALMEIDA FILHO, 2008, p.230)

É também primordial que expansão e interiorização das Universidades estejam cada vez mais vinculadas a qualidade, contemplando as necessidades de toda a comunidade acadêmica, através de programas e aquisições que auxiliem aos estudantes. Neste sentido, ainda que se tratando de recursos públicos em que o critério do gasto mínimo deve ser resguardado, parece ser equivocado esperar pela melhoria dos campus existentes, para posteriormente haver a expansão tanto dos campus quanto do numero de vagas. Ressaltando-se que o País possui recursos suficientes para melhorar as universidades publicas já existentes, bem como expandir suas dependências, talvez a questão consista em para onde priorizar os esforços.

1.3 Da escola a universidade: refletindo sobre esse momento de transição na fase juvenil

A vida social humana pauta-se em estágios de mudanças, categorizadas em fases. Numa perspectiva biológica o nascimento, crescimento, reprodução e morte são características naturais. Numa perspectiva sociológica, categorias como infância, adolescência, juventude, vida adulta e velhice são construídas, principalmente através de critérios etários. E de uma

categoria a outra vivenciamos processos de transição, cujos aspectos estão intimamente vinculados a condições sociais e culturais como classe, raça, gênero.

O período juvenil figura uma das fases da vida cujos conflitos são intensos. Significa “(...) um momento marcado por transformações e determinado por processos de transição desiguais, em que trajetórias diferenciadas exercem papéis diferenciados sobre as diversas maneiras de ser jovem.” (CAMARANO et al, 2004, p.18) e nesses percalços o ingresso no ensino superior, significa uma das possibilidades de ascensão para indivíduos oriundos de trajetórias escolares fragilizadas. Desta forma, aqui discutiremos a categoria juventude, mais especificamente os processos de transição que envolve esta fase da vida no que se refere à passagem da escola a universidade, ao pensarmos na educação enquanto um dos mecanismos de formação, mobilidade social e conseqüentemente de inserção na vida adulta. Neste sentido situa-se que ao tratarmos de juventude como fase de transição para a condição de adulto,

(...) necessariamente, o universo da escola aparece como *locus* prioritário da formação desses indivíduos. Historicamente, foi com a passagem das atribuições de formação das crianças das famílias para a escola moderna que a juventude se elevou a uma categoria social. Com objetivos e demandas reconfigurados ao longo do tempo, a escola permanece sendo uma das grandes responsáveis pela inserção dos jovens no mundo adulto, seja na acepção da escola como propulsora de cidadania, seja com a finalidade de preparação para o mercado de trabalho. (IDEM, 2004, p.24 *Apud* ARIÈS, 1981)

Tradicionalmente a saída da condição juvenil para a vida adulta implica na aquisição de uma serie de responsabilidades caracterizadas pelo ingresso no mercado de trabalho, casamento, saída do seio familiar e constituição de família. Todos estes eventos continuam acontecer, entretanto, não necessariamente em uma ordem linear e irreversível. A importância contemporaneamente atribuída aos saberes formais tem modificado substancialmente a ocorrência dos mesmos. Em outras palavras, o alongamento da vida escolar está também prolongando o tempo de entrada na vida adulta, tendo em vista os moldes tradicionais desta inserção, representados pelo emprego e constituição de família.

Devemos considerar que o processo de transição para a vida adulta manifesta-se diferentemente entre os jovens pelo caráter heterogêneo desse segmento social, que dá margens inclusive à denominação de variadas “juventudes”. Pais (1990). Implica-se ainda que a maioria do contingente juvenil deste País pertence a extratos sociais menos abastados e

ocupam os espaços de nossas escolas públicas. Os conflitos característicos neste momento da vida para esta juventude são potencializados pelas desigualdades de oportunidades, sub-condições sociais e o anseio pelo consumo fomentado inclusive pelas influencias midiáticas. Estes jovens são convidados cada vez mais cedo a ter dinheiro, a ter emprego e contribuir na despesa familiar.

E estas urgências nem sempre são sanadas pelas vias tradicionais como, por exemplo, a educação e emprego⁶. Na ausência de políticas públicas para as juventudes e investimentos cada vez mais sérios que levem em conta suas reais necessidades o mundo do crime muitas vezes torna-se alternativa para uma espécie imediata de “ascensão social.” Utilizando os argumentos de Dayrell e Gomes (2005?) frisa-se que,

A construção de uma sociedade democrática não pode desconsiderar os desafios e dilemas vividos pelos diferentes sujeitos sociais nos seus ciclos da vida. Esse desafio está colocado para os jovens e para o mundo adulto. Estamos desafiados a incrementarmos ainda mais as políticas sociais de caráter universal e de construirmos políticas específicas voltados para segmentos juvenis, grupos étnico/raciais e setores marginalizados na sociedade. (DAYRELL e GOMES, 2005? p.1)

Ainda utilizando os contributos dos autores acima indicados, frisa-se que “a criação de imagens e preconceitos sobre a juventude contemporânea, principalmente pelas mídias, interferem na nossa maneira de compreender os jovens.” (p.1). Uma das mais enraizadas,

(...) é a juventude vista na sua condição de transitoriedade, onde o jovem é um “vir a ser”, tendo, no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido das suas ações no presente. Sob essa ótica, há uma tendência de encarar a juventude na sua negatividade, como *o que ainda não se chegou a ser*

⁶ Em uma pesquisa sobre “*desigualdade racial no Brasil; evolução das condições de vida na década de 90*” desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA, “Os dados de 95 demonstram que 65% dos jovens entre 15-24 anos estavam exercendo algum tipo de ocupação. A maioria estava empregada na zona rural, seguida pelo setor de serviços, comércio e em quarto lugar pela indústria de transformação. Os indicadores sociais que medem a desocupação da força de trabalho sugerem que a principal responsabilidade pela concentração de renda pode ser atribuída ao desemprego. No que se refere à distribuição etária do desemprego, as piores taxas de desocupação são encontradas no segmento populacional juvenil. Os desempregados somavam nesse mesmo ano 2,1 milhões, cerca de 47,6% do total da população economicamente ativa- PEA. Entre 1986 e 1996 o emprego assalariado foi reduzido em 23,8%, considerando a população de 10 a 24 anos. Assim, para cada 10 jovens ocupados, 4 são autônomos, 6 são assalariados (4 sem carteira e apenas 2 com carteira assinada).” DAYRELL e GOMES (2005p.6,7)

(SALEM,1986), negando o presente vivido. Essa concepção está muito presente na escola: em nome do “vir a ser” do aluno, traduzido no diploma e nos possíveis projetos de futuro, tende a negar o presente vivido dos jovens como espaço válido de formação, bem como as questões existenciais que eles expõem, as quais são bem mais amplas do que apenas o futuro. Quando imbuídos por esta concepção, os projetos educativos perdem a oportunidade de dialogarem com as demandas e necessidades reais do jovem, distanciando-se dos seus interesses do presente, diminuindo as possibilidades de um envolvimento efetivo nas suas propostas educativas. (DAYRELL e GOMES, 2005? p. 1-2)

De acordo com Camarano (2006) a preocupação com os jovens hoje deve ser para além da compreensão do prolongamento ou encurtamento do processo de transição para a vida adulta, mais também em relação às perspectivas, que se colocam para estes sujeitos de uma inserção adequada na esfera social, na vida adulta. E sendo o mercado de trabalho principal via de regra para esta inserção o acesso a determinados níveis educacionais tendem a contribuir de modo essencial. Deste modo,

Não se têm dúvidas de que a educação é uma condição necessária para o alcance da inserção mencionada. Por outro lado, não é suficiente como foi no passado. Outras variáveis, como a cultura local, entraves institucionais, atitudes preconceituosas com relação a etnia e gênero e, evidentemente, características do mercado de trabalho, interferem no ritmo desse processo. (CAMARANO, 2006, p.326)

Guerreiro e Abrantes (2005) em uma pesquisa desenvolvida com jovens em Portugal propuseram uma tipologia incluindo sete diferentes padrões de transição para a vida adulta. Foram elas: transições profissionais, em que os sujeitos atribuem esforços quase exclusivos ao trabalho, condicionando a constituição de família após total estabilidade financeira; as transições lúdicas, nesta acentua-se a fuga de responsabilidades, a busca por aventuras e uma maior dependência financeira e habitacional em relação aos pais; as transições experimentais; progressivas; precoces; precárias; e as desestruturantes. A elaboração destes padrões relacionados à fase juvenil pelos autores supracitados reafirma-nos as diferentes formas com que se configuram as efervescentes transformações e incertezas,

Presente na vida de quase todos os jovens em transição que assume formas muito diversas, refletindo condições e oportunidades muito distintas e assimétricas. Se, para uns, a incerteza resulta sobretudo das múltiplas vias disponíveis, para muitos outros, essa incerteza deriva da incapacidade, prolongada no tempo, de superar os contextos sociais precários e de risco em que se encontram mergulhados. (IDEM, p.170-171)

Neste sentido, mesmo que determinados níveis educacionais concentre uma pequena parcela da população em idade jovem do País, e em menor escala o número de estudantes de estratos sociais fragilizados, nas últimas décadas a Universidade apresenta-se como uma das possibilidades após o ensino médio, ainda que para grande parte desses jovens, o trabalho seja,

(...) condição de sobrevivência, obrigando-os a uma superposição de projetos muitas vezes difícil de conciliar, quando não convivendo com as dificuldades geradas pela realidade crescente do desemprego. Aliam-se às heranças culturais diversificadas, com valores e comportamentos próprios nem sempre condizentes com a cultura escolar hegemônica. (DAYRELL, 2005, p.3)

A passagem da instituição escolar para a de ensino superior, não necessariamente acontece de modo linear, assim como todos os eventos na vida humana. Neste sentido, a continuidade dos estudos, de jovens pobres em relação à entrada na Universidade podem ter seu ritmo reduzido diante das dificuldades em driblar as exigências das provas de seleção para instituições públicas, atreladas às suas reais condições sociais.

A inclusão da Universidade enquanto um dos objetivos na trajetória escolar é envolto por uma série de tomadas de decisões, que dão formas e potencializam a transição para a vida adulta. As escolhas e decisões, incutidas de incertezas, características deste público, direcionam neste momento a carreira profissional a ser seguida.

Ressalta-se ainda que as experiências vivenciadas no ambiente universitário contribuem para um processo de amadurecimento, fomentados, por exemplo, pela saída da casa dos pais para residir no campus da Universidade, na aquisição de responsabilidades de caráter financeiro, habitacional e acadêmico. Todas estas atribuições devem ser aprendidas pelo estudante universitário, durante o curto período de formação. E ao pensarmos em estudantes oriundos de escolas públicas que majoritariamente reconhecem no jovem um problema que será superado quando chegarem à vida adulta, elas perdem oportunidades de auxiliar na

formação dos estudantes numa perspectiva menos repressiva e mais compreensiva. Para que já na escola estes sujeitos desenvolvam determinadas competências, habilidades e sintam-se confiantes, estimados e capazes, para inclusive ver na Universidade um lugar para si.

2 JUVENTUDE E OS PERCALÇOS DA AFILIAÇÃO UNIVERSITÁRIA

2.1 Das diversas formas de ser jovem

Sabe-se que apesar dos esforços gestados nas últimas décadas para a compreensão da categoria juventude, não temos um conceito consensual sobre a mesma. Ressalta-se que o entendimento de juventude aqui adotado pauta-se nos estudos que a concebem enquanto uma fase da vida humana cuja uma das principais características é a sua heterogeneidade. Deste modo, vimos anteriormente que a juventude enquanto uma das fases da vida é marcada por processos de transição. Momento em que escolhas e o acesso a oportunidades norteiam os ensaios para a aquisição do status de adulto. Tendo em vista, a complexidade peculiar desta fase, é oportuno indicarmos aspectos históricos e conceituais que a envolvem, apontando e reafirmando a diversidade nela existente. Pensemos então, quais aspectos sócio históricos contribuíram para o surgimento da juventude e como a mesma vem sendo construída ao longo dos tempos?

O processo de industrialização colaborou para o estabelecimento de mudanças substanciais na estrutura da vida em sociedade. O surgimento e expansão da produção fabril, rumo a manutenção da lógica de acumulação capitalista, ocupa majoritariamente o modelo de economia outrora apoiado na produção no campo. Desta maneira, fenômenos como o êxodo rural, através da saída de pessoas das áreas rurais para a cidade, em busca de melhores condições de vida, cooperaram para o aumento do contingente populacional nas áreas urbanas, e expansão das cidades. Neste processo acirram-se as discrepâncias e mazelas sociais. Atentando-nos a realidade brasileira devemos também refletir que tínhamos aqui uma parcela da população automaticamente marginalizada, ao verificarmos a forma de libertação do povo negro, sem nenhum tipo de garantia ou reparo social.⁷

Diante disso, incorre-se que para traçarmos alguns breves entendimentos sobre a categoria juventude é também necessário apontar o papel da família e da escola enquanto instituições sociais, ambas com características reguladoras e de controle sobre o sujeito jovem. Começamos por destacar que em períodos anteriores ao século XVIII ainda não tínhamos a imagem da juventude. Segundo Cassab (2009) “em grande medida, só é possível

⁷ Para maiores entendimentos ver também, Florestan Fernandez na obra “*A integração do negro na sociedade de classes*”.

pensar juventude e jovem como categorias específicas e particulares, no Brasil, com maior força, a partir do século XIX. Nesse momento, parece haver uma distinção de fato entre a juventude e a vida adulta.” A autora argumenta ainda que no período colonial,

o filho tinha uma função secundária, já que o elemento central era o pai. Nesse ambiente, a vida se dividia, fundamentalmente, entre a infância e a vida adulta, pois ao “[...] pai-proprietário interessava o filho adulto com capacidade para herdar seus bens, levar adiante seu trabalho e enriquecer a família” (COSTA, 1989, p.158). O sentido de juventude e o sujeito jovem parecem ter um não lugar nessa ordem familiar, na medida em que, tão logo se chegava à puberdade, os filhos assumiam a postura de adultos. (...) Mesmo os indivíduos jovens procuravam, em suas vestimentas, trejeitos e linguajar, parecer adultos. (CASSAB, 2009, p.40)

Utilizando as palavras de Coimbra, 2003, p. 24 aponta-se também que “as transformações promovidas por uma lógica médica e higienista alteraram a relação no seio da família.” Segundo este autor o evento contribuiu para a difusão da imagem de que a família patriarcal colonial, baseada no autoritarismo do pai e na violência, era prejudicial ao desenvolvimento dos filhos. Cassab (2009) considera que com estas mudanças, o sujeito começou a ser visto como jovem, diferenciando-se da criança e do adulto. Em relação à instituição escolar incorremos que, a mesma deveria ser não apenas o espaço de preparação para a vida adulta, “como também o lugar de controle dos impulsos tão comuns à juventude. Lugar onde os jovens aprenderiam o respeito ao patrão e à propriedade, em uma sociedade que, cada vez mais, ingressava no mundo burguês capitalista.” (CASSAB, 2009, p.41). Em linhas gerais,

a Educação no Brasil, naquele momento (século XIX), dividia-se em duas orientações: a primeira, uma Educação profissionalizante que se iniciava com o indivíduo na puberdade ou no estado adulto, quando o jovem trabalhava como artífice ou pequeno comerciante. O trabalho tinha a função não só de prepará-lo para o ingresso na vida adulta, habilitando-o para ganhar a vida de forma independente, como também de discipliná-lo. (CASSAB, 2009, p. 41 *apud* COSTA, 1989)

Vale frisar o nítido recorte de classe, tendo em vista que a educação profissionalizante acima indicada, direcionada para o trabalho e conseqüentemente passaporte para a entrada na vida adulta, abarca o contingente juvenil pobre. Os jovens de famílias abastadas eram

alfabetizados em casa “com a mãe (se alfabetizada) mestre-escola ou um padre. Ultrapassado esse nível, ingressavam nos colégios religiosos, onde seguiam a carreira eclesiástica, ou de onde saíam para completar a formação universitária na Europa” (COSTA, 1989, p.196).

Nesse sentido e a luz dos escritos de Dayrell (2005, p.4) afirma-se que a juventude é uma construção histórica. “Aparecendo como uma categoria socialmente destacada nas sociedades industriais modernas, resultado de novas condições sociais, como as transformações na família, trabalho assalariado e o surgimento de novas instituições.” Assim ser jovem torna-se uma condição social, que se molda não somente a partir de critérios naturais ou de faixa etária.

Podemos afirmar que os estudos voltados à juventude são recentes. Seu início pode ser datado na década de 20 com os trabalhos desenvolvidos pela Escola de Chicago⁸ nos Estados Unidos, em que pesquisadores como Frederic M. Trasher, W. F. Whyte e August Hollingshead buscaram analisar os fenômenos tributários do rápido crescimento urbano de Chicago relacionados ao comportamento dos jovens. Neste passo, surgem trabalhos sobre delinquência, marginalização e o surgimento de gangues nesta cidade.

O Sociólogo Karl Mannheim também foi um dos pioneiros na sociologia da juventude. Mannheim dá formas ao conceito teórico geracional. Neste o autor critica “a falta de unidade na análise do problema das gerações, de pesquisas consistentes sobre o tema e a prevalência de uma “perspectiva estática” nas pesquisas sociológicas sobre grupos humanos.” (WELLER, 2007. p. 4) Indicando que,

A unidade de uma geração não consisti em uma adesão voltada para a criação de grupos concretos, preocupados em constituir uma coesão social, ainda que, ocasionalmente, algumas unidades geracionais possam vir a constituir grupos concretos, tais como os movimentos juvenis, entre os quais poderíamos citar o movimento estudantil de 1968. Mas à parte desses casos específicos, nos quais a conexão geracional (*Generationszusammenhang*) pode levar à formação de um grupo concreto, o autor destaca ser ela uma mera conexão, ou seja, casualmente os indivíduos pertencem a ela, mas não se percebem como um grupo concreto. (IDEM, p. 4-5)

Considerando a problematização geracional feita por Mannheim, Jose Machado Pais (1990) nos diz que a definição ideológica da cultura juvenil

⁸ Para maior conhecimento ver também COULON, Alain. A escola de Chicago. Campinas: Papirus, 1995.

é, como qualquer *mito*, uma construção social que existe mais como representação social do que como realidade. Alguns jovens reconhecer-se-ão parte integrante desse mito, outros não. Entre os primeiros, o mito transforma-se parcialmente em realidade, formando-se entre eles uma espécie de «consciência geracional» que os leva a acentuar diferenças relativamente a outras gerações. Para outros há o reconhecimento (quase sociológico) de que ser jovem é uma experiência distinta daquelas que outros jovens vivem. Desafio que se coloca à sociologia é, então, o da desconstrução (desmistificação) sociológica de alguns aspectos da construção social (ideológica) da juventude, que, em forma de mito, nos é dada como uma entidade homogênea. (PAIS, 1990, p. 146)

Pais (1990) aponta que a sociologia da juventude problematiza esta categoria a partir de duas tendências. A primeira baliza-se na juventude enquanto constituída de sujeitos coetâneos pertencentes a uma mesma fase da vida, buscando os aspectos mais uniformes e singulares que a caracterizam. Na segunda tendência a juventude vem a ser entendida enquanto um conjunto social heterogêneo, pautado em diferenças econômicas e sociais. Argumenta que “determinadas fases da vida apenas são reconhecidas, enquanto tal, em determinados períodos históricos, isto é, em períodos nos quais essas fases da vida são socialmente vistas como geradoras de problemas sociais” (p. 29). Neste sentido, não podemos deixar de considerar que todo o processo de emancipação social no Brasil garante-se na luta de movimentos sociais. Rebeldes, revoltosos, delinquentes, marginais, revolucionários, vândalos dentre outras denominações, são direcionadas a sujeitos que protagonizaram importantes momentos na história, contribuindo para o reconhecimento e categorização da juventude.

De acordo com Cassab (2009), no período posterior à segunda guerra mundial, a juventude emerge no mundo ocidental como geradora em potencial de problemas. A interpretação predominante era a de que parte dos jovens poderiam “expressar atitudes rebeldes e mesmo delinquentes. Atitudes, essas, que se manifestavam no rock, na filosofia existencialista, na geração beat, nos trajes e na aproximação com os ideais da Revolução Cubana” (p.45) por uma condição natural a essa fase da vida. Tal momento da vida passa a ser reconhecido como suscetível a rebeldia e revolução, tornando-se alvo da repressão, intervenção e punição social.

Os fenômenos tributários ao surgimento/reconhecimento da juventude passam então a ser elevados a compreensão das ciências humanas e sociais. Neste sentido e voltando os olhos para a realidade brasileira, no período pós guerra intensificam-se as movimentações juvenis,

principalmente sobre as influências norte americana e européia. Jovens em sua maioria de classe média adotaram uma postura de contestação frente as conseqüências das mudanças sociais. Quando instaurado o regime militar, mais especificamente na década de sessenta os estudos debruçados sobre esta categoria ganham força no País. Neste período os jovens protagonizam lutas em prol de melhores condições de vida, garantia de direitos e a queda da então forma de governo. Desta maneira,

e nos rumos dos acontecimentos ocorridos no mundo, em 1968, milhares de jovens foram às ruas questionando abertamente a Ditadura militar. Foram muitos os acontecimentos que se sucederam naquele ano e em curto período de tempo: manifestações ocorridas pela morte do estudante Edson Luis, a invasão da UnB pela polícia, a Passeata dos Cem Mil, a decretação do AI-5, o confronto armado com a ditadura: são apenas alguns deles. Toda essa movimentação da juventude foi interpretada, pela sociologia brasileira, a partir da perspectiva da luta de classes, que identificou a crise da juventude como uma representação da crise de toda a sociedade. Para Foracchi (1972), os jovens seriam os responsáveis pela mudança, organizados em movimentos estudantis que, por sua vez, seriam resultantes do conflito entre uma classe média emergente e os setores dominantes, sendo, no entanto, uma das únicas e mais vitais forças atuantes no Brasil naquele período. (CASSAB, 2009 p.45)

Em finais dos anos sessenta até finais da década de oitenta, e de acordo com Sposito (2007) verifica-se uma estagnação na produção científica sobre a juventude, principalmente na área da educação. Utilizando as palavras de Cassab (2010), indica-se que é a partir dos anos noventa que cresce consideravelmente o numero de estudos sobre esta categoria no Brasil, através de dois pontos principais,

(...) de um lado, a valorização da juventude na própria sociedade; de outro, a invisibilidade social à qual os jovens são jogados, mas que, apesar disso, forçam sua visibilidade através da participação em atos de violência (principalmente como agressores). Dentre os estudos que procuram afirmar a existência desses jovens, a grande maioria situa-os no campo da cultura como elemento identificador e produtor de sua subjetividade. Proliferam os estudos sobre as manifestações culturais consideradas caracterizadoras dos jovens da periferia urbana: funk, hip-hop, rap. (CASSAB, 2010, p.49)

As mudanças na conjuntura política e econômica demandadas pelo processo de industrialização e expansão capitalista colocam a juventude e os movimentos sociais protagonizados por parte dos jovens, como agentes e sujeitos destas transformações ao longo

dos tempos. Verifica-se um prolongamento para a entrada na vida adulta, pois os jovens necessitam dedicar um maior tempo aos estudos para ingressarem no mercado de trabalho. Vai ganhando formas uma juventude estudantil, e sobre os movimentos estudantis Lefebvre (1968) enfatiza que “nem um socialismo estatal, rígido e dogmático, nem a sociedade industrial neo-capitalista dos países desenvolvidos conseguem satisfazer as aspirações autenticamente libertárias dos jovens (...) que se sentem sufocar.” (p.23) O autor reforça que ainda que toda a sociedade sofresse com os rebatimentos calamitosos das mudanças societárias apenas tais jovens tiveram a coragem de contestar.

De todo modo, reafirma-se que o surgimento e reconfiguração da categoria juventude no decurso das gerações, está intimamente vinculado aos problemas sociais de cunho político e econômico. Ao buscarmos características da juventude das décadas de cinquenta a setenta conferimos a mesma enquanto revolucionária, militante, sonhadora. Em contraposição a dos anos seguintes é vista como apolítica, individualista, descrente. Devemos considerar que tais rotulações podem causar determinados problemas interpretativos, tanto conceituais quanto práticos. Neste sentido e dialogando com Pais (1990), ainda que determinados conceitos sejam construídos para facilitar a compreensão da realidade, a juventude, assim como nenhuma outra categoria social referente a fases da vida, é estabelecida de modo fixo. O que nos possibilita inferir que não existe um modelo de juventude. A visão pessimista atribuída contemporaneamente aos jovens, disseminada inclusive pelos meios de comunicação de massa, é também resultado desta comparação errônea entre a juventude do tempo presente e as das décadas de efervescência das lutas políticas e sociais, dos então chamados por alguns autores como os “anos rebeldes”. Neste sentido, ainda que as gerações anteriores exerçam, em determinados aspectos, influências sobre o comportamento juvenil, principalmente através de instituições como a família e a escola, tais influências não podem determinar a conformação real da juventude, que se percebida enquanto uma construção social, reconfigura-se cotidianamente, no processo de interação.

As crises financeiras são características originais do sistema capitalista. O crescimento industrial no País e conseqüentemente o desenvolvimento de uma sociedade de consumo contribuíram para que a partir da década de setenta a juventude se transformasse numa categoria econômica. No mesmo sentido em que se verifica tais mudanças na ordem social, crescem e diversificam-se problemas sociais como desemprego, resultado das dificuldades de inserção no mercado de trabalho, tendo em vista as exigências de qualificação acompanhada da negação de direitos básicos. Do mesmo modo, esta “nova” juventude emergente passa a ser alvo essencial do mercado. Sobre isso (ABRAMOVAY 2007, p. 24 *Apud* KEHL 2004)

acrescenta que, “como, na economia capitalista, do boi se aproveita até o berro,” essa crise, que agrega uma gama de dificuldades sentidas de forma singular, acabou por produzir o que as pesquisas de marketing definem como uma nova fatia de mercado. Desta forma e ainda de acordo com a autora “Ser jovem virou *slogan*, virou clichê publicitário, virou imperativo categórico condição para se pertencer a uma certa elite atualizada e vitoriosa.”

Como já apontamos em outro momento do trabalho a construção social das fases que categorizam a vida dos sujeitos são construídas apoiando-se em aspectos, como classe, raça, gênero, religião. Sendo assim, tal processo não necessariamente ocorre do mesmo modo entre os grupos. A diversidade existente no que chamamos juventude, ou juventudes por alguns outros autores, substancia ainda mais a complexidade da mesma. Neste sentido e dialogando com DAYRELL e GOMES 2005 p.3.4 “não podemos enquadrar a juventude em critérios rígidos, como uma etapa com um início e um fim pré- determinados, muito menos como um momento de preparação que será superado quando entrar na vida adulta.” Do mesmo modo, Pais (1990) nos aponta que a sociologia da juventude deve problematizar e buscar a compreensão não apenas das características similares entre os sujeitos juvenis, mas principalmente sobre as diferenças existentes entre os grupos em dadas sociedades.

Ao pensarmos na existência de diversas formas de ser jovem, Esteves e Abramovay (2007) também nos trazem importantes considerações ao argumentarem que “são muitos e diversos os grupos juvenis, com características particulares e específicas, que sofrem influências multiculturais e que, de certa forma, são globalizados. Portanto, não há uma cultura juvenil unitária um bloco monolítico.” Desta maneira e concordando com os autores indica-se que existem

culturas juvenis, com pontos convergentes e divergentes, com pensamentos e ações comuns, mas que são, muitas vezes, completamente contraditórias entre si. Até porque, e conforme bem acrescentam Margulis e Urresti (1996), vivencia-se a condição juvenil de diferentes maneiras, em função das diferenças sociais e de parâmetros concretos, como o dinheiro, a educação, o trabalho, o lugar de moradia, o tempo livre etc. Logo, a definição da categoria juventude em hipótese alguma pode ser a mesma para todos aqueles que nela estão enquadrados. (ESTEVEES e ABRAMOVAY, 2007 p.25)

Outra consideração que não podemos nos furtar em fazer diz respeito às formas estereotipadas e contraditórias com que são direcionados alguns discursos sobre a juventude. Neste sentido Abramovay (2007) reportando-se a Esteves (2005) nos mostra três correntes

maneiras pelas quais são vistos os jovens socialmente. Quais sejam: de maneira dualista e maniqueísta, nesta, ao mesmo tempo em que os jovens são responsáveis pelo que a de vir, representados até como futuro da nação, são também considerados, ou taxados de irresponsáveis em seus modos de agir no tempo presente; De forma adultocrata na medida em que as populações mais jovens são consideradas “potencialmente capazes de contestar, transgredir e reverter a ordem estabelecida, (...) os mais velhos, no tratamento com as juventudes, na maioria das vezes lançam mão de estratégias e posturas essencialmente conservadoras e rígidas”; e Imputados de culpa, tendo em vista que a juventude é comumente associada a criminalidade e a delinquência, acrescento que bem mais especificamente os jovens pobres, que não estão envoltos na malha de proteção estabelecida pelo poder econômico dos segmentos dominantes.

Tais formas de denominação juvenil nos fazem perceber que em determinadas circunstâncias os jovens são enquadrados em sua condição de não adultos, através de uma espécie de infantilização, noutras são considerados crescidos o bastante quando tomadas atitudes que fogem explicitamente as regras sociais. Exemplos práticos desta assertiva podem também ser verificados nas discussões em prol da redução da maioridade penal. Pesquisas realizadas inclusive em redes sociais indicam um grande percentual de votos favoráveis. Muitas pessoas atribuem o posicionamento de acordo com esta redução ao fato dos jovens já desempenharem funções socialmente codificadas enquanto peculiares da vida adulta, como o consumo de bebidas alcoólicas, a paternidade, atitudes criminosas como o furto, homicídio.⁹ Por esses termos, parece que o sujeito dá um salto da infância a vida adulta. Neste sentido, ainda que se lamente pela juventude que poderia ter sido melhor vivida, o que se almeja é a punição¹⁰ por vias “tradicionalis.” Digo tradicionalis ao pensarmos nas formas cruéis de punições cotidianas, representadas pela exclusão social, desemprego, violência policial, e a constante insegurança em relação ao futuro que em alguns grupos juvenis manifesta-se pelo vasto leque de possibilidades para a escolha e em outros pela completa limitação de condições sociais.

Cientes do alto nível de desigualdade social do País acompanhada de uma estratégica incompetência por parte do Estado em benefício igualitário da população (neste caso

⁹ De acordo com um levantamento realizado pela “Conectas Direitos Humanos”, a partir dos dados da Fundação Casa, do total de jovens reclusos na “Fundação Casa” 1,5% correspondem aos que cometeram homicídio. Os demais casos distribuem-se entre furto e tráfico de drogas. Disponível em: <http://www.brasilefato.com.br/node/12700>

¹⁰ Na obra “o olho do poder: análise crítica da proposta educativa do estatuto da criança e do adolescente,” Mauricio Saliba traz importantes reflexões, tais como o papel vigilante do estado e da família sobre o indivíduo, até o momento em que este possa responder via sistema prisional comum.

referindo-nos a juventude) direciona-se a esta categoria um foco punitivo. A lógica individualista e meritocrática, características das sociedades globalizadas, retira cada vez mais a responsabilidade do poder público de suas legítimas atribuições. Desta maneira, fica de certa forma ratificado que “não dar certo” no decurso da vida para o jovem é uma escolha apenas individual. O que é absurdo na mesma medida em que é perverso. Cria-se uma lógica societária em que valoriza-se cada vez mais o status adquirido através do consumo, valoriza-se cada vez mais o conhecimento, informação e a tecnologia e em contrapartida nega-se a parte majoritária do contingente nacional, principalmente as nossas juventudes oportunidades reais de sobrevivência e emancipação social. Valendo reforçar que contemporaneamente,

(...) os jovens vivem, numa época de profundas transformações, aí incluídas as de cunho econômico e moral, que afetam, de modo indelével, sua transição para a vida adulta. Sujeitos de uma sociedade de consumo ostentatória – cujo principal traço é suscitar nas juventudes, mas não apenas entre elas, aspirações que, muitas vezes, deságuam em frustrações, porque irrealizáveis para a grande maioria –, transitam no seio de uma arquitetura social cuja desigualdade e acirramento das diferenças constituem algumas de suas faces mais visíveis. (ESTEVES e ABRAMOVAY, 2007, p.25)

Conceber a juventude como uma fase da vida construída e reconstruída em sociedade, “formulada no contexto de particulares circunstâncias econômicas, sociais ou políticas; uma categoria sujeita, pois, a modificar-se ao longo do tempo.” (PAIS, 1990, p.146). Aponta também para implicações em relação aos critérios etários estabelecidos para delimitar a idade cronológica para entrada e saída deste momento vivido. A legislação brasileira prevê enquanto jovem, sujeitos entre quinze e vinte e nove anos. Ao pensarmos nos critérios tradicionais de passagem para a aquisição do status de adulto, ou utilizando uma linguagem antropológica nos ritos de passagem para a vida adulta, em sociedades ocidentais contemporâneas isto representa-se principalmente via inserção no mercado de trabalho. Assim, e tendo em vista o alto grau de competitividade característica de nossa ordem social as pessoas estão investindo de modo maior em qualificações sejam elas técnicas, profissionalizantes ou superior. Prolongando-se desta maneira o tempo na fase juvenil.

A delimitação etária da juventude forja-se também como importante medida para análises comparativas, interventivas e punitivas. Servem inclusive para fazermos recortes socioeconômicos, verificarmos grupos em potencial para a focalização de políticas públicas

dentre outras nuances características da perspectiva de desenvolvimento econômico e social adotada pelo País.

As reflexões acerca da relação entre o tempo¹¹ enquanto categoria de análise e as fases da vida, assim como todas as outras que permeiam a complexidade da juventude, não se esgotam nas breves considerações feitas aqui. Ainda assim, mostra-se oportuno indicarmos uma interpretação feita por Dayrell (2004) a luz de Morin (1987) que devemos elevar a reflexão os significados de se ter uma idade, em relação aos diferentes tempos da vida. Em linhas gerais Morin insurge que além das características naturais, as fases da vida possuem uma dimensão simbólica, que não se esgotam na mudança de uma para outra.

Diante disso, e conversando com Dayrell (2005), enfatiza-se a importância de encararmos a juventude, ou melhor, as diversas formas de ser jovem, em seu presente vivido. Distanciando-nos cada vez mais de visões estereotipadas, maniqueístas e preconceituosas. Valendo ressaltar que na realidade brasileira tais visões são adensadas pelas conseqüências do racismo, que dissemina inclusive um modelo estético do jovem, principalmente os bem sucedidos.

Podemos também acrescentar que é característico da juventude a busca por reconhecimento e ao mesmo tempo de auto reconhecimento no processo de construção de identidade, influenciados inclusive pelos meios de interação. Assim, ao verificarmos a complexidade que envolve esta categoria, bem como a importância da educação para a conquista de autonomia e conseqüentemente para entrada na vida adulta, devemos nos ater que a universidade é um lugar privilegiado para esses eventos. Por ser um espaço para adultos e de preparação para o mundo ativo, os jovens vivenciam um contínuo processo de amadurecimento, agora já não apenas para a “fuga” da infância, mas também pela necessidade de integração a esse ambiente.

Desta maneira, vale indicar que os jovens demandantes da educação superior, principalmente os jovens cotistas, vivenciam o processo de afiliação a vida universitária com dificuldades potencializadas inclusive pelas suas condições materiais e antigos *habitus*. Daí a necessidade de projetos pedagógicos institucionais que favoreçam a integração do estudante. Reforçando que o fato do jovem de origem popular, conseguir ingressar em universidades públicas, já representa um amplo esforço individual, tendo em vista que o ingresso na educação superior é voluntário e no caso brasileiro excluyente de modo acentuado.

¹¹ Ver também MELUCI, Alberto, no texto “Juventude, tempo e movimentos sociais” O trabalho está disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde05_6/rbde05_6_03_alberto_melucci.pdf

2.2 Sobre o conceito de afiliação

Ao pensarmos no termo filiação certamente podemos lembrar, por exemplo, de filiação partidária, em associações, sindicatos, dentre outras instancias. Mas o que é afiliação Universitária? No texto “*Etnometodologia e educação*” de Alain Coulon (1995) verifica-se um aporte seminal para a compreensão do termo nos estudos educacionais. Debruçando-se sobre a noção de *membro* argumentada por Harold Garfinkel, e da noção de *habitus* moldada por Pierre Bourdieu o referido autor vai dando formas ao conceito de filiação. Que no Livro “a condição de estudante” (tradução de 2008), mostra-se enquanto afiliação universitária.

Tomando a entrada no ensino superior como um objeto sociológico, Coulon (2008) discute sobre a importância de que a entrada na universidade seja acompanhada pelo processo de afiliação. O autor reconhece a noção de *habitus* cunhado por Bourdieu, apontando, no entanto, que a passagem da escola para a universidade, “coloca a questão da aprendizagem de novos saberes, novas relações ao saber e (...) que tem necessidade, com toda certeza de marcadores sociais objetivos, porem enquanto recursos que não se reduzem unicamente ao *habitus* reprodutor que determina a pratica.” (COULON, 1995, p.155). É neste sentido que manifesta-se a noção de membro, pois segundo o autor afiliar-se significa tornar-se membro da comunidade universitária. Sendo que “esta noção de membro acrescentada a de *habitus* pressupõe a filiação.” (IDEM, p. 157)

Através de uma pesquisa por tempos trabalhada com estudantes em uma universidade francesa, a Paris 8, em Saint-Denis, Coulon (2008) organiza importantes apontamentos sobre a condição de estudante no momento do ingresso na vida universitária. As análises tributárias a essa pesquisa contribuem para o entendimento em relação ao processo de transição entre o ensino médio e a universidade, na medida em que o autor busca compreender as dificuldades encontradas pelos estudantes para a permanência nessa nova instituição. Para tanto julga ser essencial levar em consideração determinadas características da educação superior. Nesse sentido, indica que trata-se de um ensino voltado para adultos, (o que pressupõe autonomia) um ensino com prazo terminal, e que prepara para o mundo do trabalho e não para uma nova série escolar. Tais dificuldades contribuem para a conformação de problemas como a evasão, comum em maior ou menor escala nas instituições universitárias de diversos Países.

Tais características, e concordando com o autor precisam ser avaliadas, na busca pela compreensão e enfrentamento dos problemas relacionados ao insucesso acadêmico. Principalmente quando nos referimos a estudantes em condições sociais menos favorecidas.

Segundo Coulon (2008, p. 32), “o sucesso na universidade passa pela aprendizagem do ofício de estudante e que a entrada na universidade de nada serve se não for acompanhada por um processo de afiliação, ao mesmo tempo institucional e intelectual.” Neste passo, as mudanças percebidas pelos estudantes, atrelam-se principalmente as novas regras e com o saber.

No momento de afiliação a esse novo cenário, que é a universidade o autor aborda o “os ritos” que envolvem o processo de afiliação. Que inicia-se com o momento da noção de passagem, “fase da separação com o passado familiar, (...) e diante dessa porta que se abre para a estranheza, o iniciante percebe um mundo que não é mais familiar.”(p.41) é o momento da aprendizagem. A fase descrita como da noção de passagem a afiliação, refere-se a necessidade de aprender os códigos e regras na vida acadêmica, adquirir competência, entretanto não trata-se apenas de adquirir mas também saber mostrá-las.

Apontando que de certa forma é necessário que o universitário “esqueça” sua cultura anterior de estudante de ensino médio, na qual ele viveu durante alguns anos, “para substituí-la por uma nova cultura, mais complexa, mais sofisticada, tão mais difícil de decodificar e adquirir na medida em que ela é mais simbólica.” (IDEM, p.42) Coulon indica ainda sobre a necessidade dos estudantes se tornarem nativos da cultura universitária, tornar-se um membro, como já frisamos anteriormente, adquirindo assim, as competências relativas a esse espaço. O autor compreende que o processo de afiliação nunca estará perfeitamente acabado e as situações confrontadas no cotidiano do estudante universitário, não constitui um problema para o processo uma vez já em curso. As situações deparadas servem na verdade para dar continuidade a afiliação. Na medida em que nos vemos frente a situações problemas, e neste caso relacionadas a vida na universidade, tendemos a buscar alternativas ou estratégias para “continuar no jogo.” Desenvolvemos desta maneira, um exercício cotidiano de afiliação universitária. No entanto e segundo o autor, nem todos os sujeitos conseguem ou estão prontos para deixarem de ser demandantes da educação superior e se tornarem estudantes profissionais, pela ausência inclusive de um projeto bem elaborado, em que os estudos tenham posição fundamental.

Neste sentido e pensando nas fases que norteiam a afiliação, podemos também inferir que as mesmas não se apresentam de modo linear ou sem interrupções. A permanência na fase do estranhamento ou aprendizagem está proporcionalmente relacionada ao grau de

sofisticação da instituição universitária, bem como as características de vida e condições sociais do sujeito, que não necessariamente determinam suas escolhas, mas que no espaço universitário podem dificultar a construção do sentimento de pertença e a obtenção de determinadas competências tanto institucionais quanto pedagógicas.

2.3 É possível ser cotista em uma universidade federal e ter sucesso?

Ao lermos esta indagação aparentemente óbvia, respondemos sem margens de dúvidas que sim! É possível ser estudante cotista em uma universidade federal e ter sucesso. Como já discutimos em outros momentos do trabalho a educação superior no Brasil vivencia um momento privilegiado de abertura e democratização, deste modo, criam-se oportunidades de acesso para sujeitos dos mais variados segmentos sociais. Contudo, e apesar das consideráveis mudanças no desenho do nosso ensino superior, o espaço universitário ainda é reservado para poucos. Nesse sentido e utilizando os argumentos de Queiroz (2003) aponta-se que,

O papel da equidade subjacente ao acesso à universidade, *seu papel de reparar (...) as injustiças sociais, praticamente não atinge os níveis sociais que na sociedade brasileira são de fato carentes*, observam Castro e Costa Ribeiro (1979). Uma das razões está relacionada a deficiências nos níveis anteriores de ensino. Os “*de fato carentes*” quase não terminam o secundário e, portanto, não são afetados por uma abertura ou um fechamento da universidade. Mesmo constatando uma progressiva elevação na participação dos níveis sócio-econômicos menos elevados na universidade, consideram que *essa tendência é bastante modesta*. (QUEIROZ, 2003, p.13)

Sendo assim, vamos problematizar a indagação feita anteriormente. Começamos por indicar que um jovem em desvantagem econômica e social, ingressante na educação através das medidas de cotas, tem um leque de possibilidades consideravelmente limitado, suas escolhas são motivadas inclusive pela falta de oportunidades. Devemos também considerar ao olharmos para a realidade da educação superior no Nordeste e neste caso o Estado da Bahia, que o número de universidades públicas Federais é irrisório em comparação, por exemplo, a estados do Sul e Sudeste do País.

Contudo e sem desconsiderarmos os esforços iniciais para a expansão e abertura do espaço universitário, o termo “sucesso” merece ser argumentado. Construir uma trajetória universitária de sucesso pressupõe a necessidade de superação das dificuldades relacionadas a permanência nesta instituição. Se tornar um membro competente, afiliando-se tanto no nível institucional quanto intelectual, a um lugar cujos ritos e praticas destoam de tudo o que até então se conhecia em relação à aprendizagem formal, experienciadas principalmente na escola, mostra-se como uma tarefa desafiadora. É justamente essa tarefa que dará formas ao referido sucesso.

É neste sentido que devemos apontar e responsabilizar as instituições de ensino superior neste processo. Concordando com Coulon (2012) os problemas de insucesso acadêmico são similares em todas as universidades, com características singulares a depender da construção histórica e conformação social das nações. Com os olhos voltados a este fenômeno, o autor supracitado utilizando a experiência francesa, indica entendimentos que se levados a compreensão e pratica podem reduzir os índices de fracasso dos aprendizes ao ofício de estudante, apontando que

No centro da problemática do fracasso, encontra-se em relevo a questão da pedagogia que nunca leva em consideração essa aculturação obrigatória dos estudantes. Existe um conjunto de tarefas que eles devem realizar para que possam exercer seu ofício de estudante e que extrapola aquilo que é explicitamente solicitado. Eu acredito que não são apenas os estudantes Franceses. (...) todos os estudantes do mundo, que ingressam em universidades enfrentam esse problema. No Brasil, o problema é de grandes proporções, como na America do Norte, na Europa... (COULON, 2012, p.23)

Outro indicativo em relação ao sucesso universitário são os tipos de critérios utilizados para a avaliação deste sucesso. Geralmente a verificação do sucesso pauta-se nos aspectos mais formais, tais como a aprovação nas disciplinas, a obtenção do diploma, etc. Neste passo e dialogando com Paivandi (2012) quando ele discute a performance de estudantes universitários, o autor argumenta que é fundamental que os indicadores de desempenho acadêmico das universidades levem em conta a qualidade da aprendizagem dos estudantes. Concordando com Paivandi, não necessariamente os estudantes com melhor desempenho são aqueles que chegam ou terminam o curso de graduação no prazo ou mais rapidamente. Desta maneira infere que “A qualidade constitui uma dimensão crucial da aprendizagem dos

estudantes, pois ela remete a relação com o aprender e com o saber na universidade e ao sentido que o estudante atribui ao ato de aprender.” (p.32)

A importância da análise sobre as perspectivas de aprendizagem dos estudantes propostas por Paivandi, parece-nos relevante na ampliação do entendimento do sucesso acadêmico. Os sujeitos estabelecem estratégias diferenciadas para conseguirem se familiarizar com a vida universitária. E tais estratégias estão intimamente vinculadas a história individual dos estudantes e suas articulações para o futuro. Assim, o autor considera que a perspectiva de aprendizagem construída pelos estudantes,

Ocorre na interação entre o ambiente educacional, o contexto social e institucional e o indivíduo. É dessa forma que um mesmo contexto não produz um mesmo comportamento entre os estudantes e se observa a diversidade das perspectivas desenvolvidas por eles, conforme o seu percurso, suas experiências e culturas educacionais. A cognição e a socialização não podem ser dissociadas, a percepção do contexto é a síntese dessas duas dimensões. (PAIVANDI, 2012, p.55)

Verificamos assim, que mesmo sendo possível ser um estudante cotista numa universidade federal o “ter sucesso” vincula-se a uma série de aspectos, tanto formais quanto subjetivos. Os aspectos subjetivos representados inclusive pela necessidade de aprender a identificar o que não é explícito, confronta-se diretamente a experiência colegial em que tarefas são delegadas, com objetivos específicos inclusive voltados inclusive a demonstração de um bom desempenho através de notas. Na universidade não é necessariamente as notas que estão no cerne da questão, mas sim um futuro profissional. Inicialmente podem inclusive adotar uma postura de aprendizagem semelhante à aprendida na escola. Na universidade, a aprendizagem é construída pelo estudante a partir de um contínuo processo de imersão institucional e social, que levando em consideração as diversas formas de ser gente no mundo (neste caso pensando nos jovens) apresentarão resultados diferentes, com ritmos diferenciados. O essencial é que este possível sucesso seja condicionado pela universidade e esta preocupação deve ganhar cada vez mais proporções práticas. Indicamos também que na medida em que coloca-se em curso, mesmo que tardiamente um processo de democratização da educação superior, o reparo social através desta ação, não se limita na garantia do acesso.

3 DAS CARACTERÍSTICAS E DIFICULDADES QUE ENVOLVEM O PROCESSO DE AFILIAÇÃO

3.1 Passos metodológicos

Como é se tornar um estudante Universitário, especialmente quando viemos de camadas sociais menos favorecidas em que a continuidade dos estudos após o ensino médio nem sempre é projetada ou condicionada? Na busca por essa caracterização elencamos aspectos relacionados às diferenças percebidas pelos jovens recém ingressos entre o ensino médio e a universidade, bem como as dificuldades encontradas no percurso acadêmico, percebendo as estratégias por eles criadas para conseguirem se engajar e permanecer na instituição.

Com este propósito, inscrevemos a pesquisa no âmbito dos estudos de natureza qualitativa, sob orientação dos pressupostos fenomenológicos que preconizam a necessidade de transposição das manifestações imediatas para que seja possível captar os seus sentidos e a essência dos fenômenos. (CHIZZOTTI, 2008, p.80). Foram também associadas técnicas da observação participante e entrevista compreensiva. Tais técnicas foram elencadas para permitir aos atores sociais uma forma de interpretação de informações subjetivas através dos significados atribuídos as suas praticas e vivencias cotidianas em seus espaços naturais de interação. Deste modo se acredita permitir ao investigador desenvolver intuitivamente uma idéia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo. (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p.134) Com o uso de entrevista compreensiva, o contato com o sujeito entrevistado se produziu de forma flexível, dando espaço ao diálogo, que guiava a conversa privilegiando o discurso do sujeito implicado.

Pois em linhas gerais uma entrevista consiste,

Em um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado. As informações são obtidas através de um roteiro de entrevista constando de uma lista de pontos ou tópicos previamente estabelecidos de acordo com uma problemática central e que deve ser seguida.” (HAGUETTE, 2011, p.81)

A observação participante, como já indicado, foi outra técnica utilizada no trabalho. Tal procedimento é obtido por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para recolher as ações dos atores em seu contexto natural, a partir de sua perspectiva e seus pontos de vista. A descrição e a compreensão podem estar compostas em uma observação compreensiva dos participantes descrevendo suas ações em seus espaços naturais de vivência. Nesse sentido segundo Chizzotti (2008) investigador participa em interação constante em todas as situações. Para o desenvolvimento desta técnica foi preciso me colocar cotidianamente em uma posição estudante pesquisador, pois as características e dificuldades vivenciadas pelos sujeitos da investigação para conseguirem permanecer no espaço universitário, eram em certa medida as mesmas que as minhas. Sendo assim procurei nas entrevistas dá espaço ao dialogo os ouvindo mais. Outra estratégia adotada foi a escrita de anotações reflexivas sobre as experiências naquele espaço.

Através do processo de observação e interação com os sujeitos da pesquisa no campo de investigação emergiram os estudantes entrevistados. Assim foi construído um primeiro roteiro para a realização das entrevistas, o qual sofreu reajustes, pois nas conversas percebíamos que algumas questões eram respondidas na medida em que às fazíamos de outra forma, e em alguns casos num mesmo questionamento já obtínhamos relatos para mais de uma indagação. Ressaltando que alguns questionamentos conduziram os estudantes a rememorar momentos anteriores a experiência universitária, bem como seus primeiros momentos na universidade. As conversas foram gravadas mediante aceitação dos entrevistados e posteriormente transcritas.

Os sujeitos para o estudo foram escolhidos na intenção de demonstrar as diferentes modalidades de estudantes que conformam a universidade contemporânea, ainda que ingressos nesta instituição pela mesma estratégia política, neste caso as ações afirmativas. Assim, elencamos estudantes que trabalham para a investigação por terem uma dinâmica cotidiana em que os estudos não ocupam o centro de suas ações, fazendo uso de estratégias para lidar com as regras do ambiente universitário (assim como todos os estudantes), mas neste caso para conseguir conciliar o ofício de trabalhador ao ofício de estudante. Já os estudantes assistidos pela Pró Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) por conformarem um contingente estudantil em maior vulnerabilidade social, tendo em vista os critérios de seleção para a concessão destes auxílios. E por fim, estudantes bolsistas de Iniciação Científica ao pensarmos na importância da pesquisa e extensão no processo de formação profissional e seus rebatimentos no processo de engajamento na Universidade.

Assim, e apoiando-nos no método e técnicas de pesquisa aqui descritos colhemos relatos de estudantes da UFRB. E através de uma abordagem microsocial dos fenômenos, percebemos características que envolvem o processo de afiliação ao ensino superior de estudantes ingressantes nesta universidade a partir das políticas de ações afirmativas no centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL). Nossa intenção é a de contribuir, ainda que modestamente, para a reflexão e estudos sobre a condição educacional no País.

3.2 O início da jornada universitária. “É que na escola é diferente daqui.”

Na busca pela caracterização sobre as dificuldades vivenciadas pelos estudantes no processo de afiliação e permanência na universidade, uma das questões centrais foi identificar as principais diferenças por eles sentidas em relação a escola e universidade. Assim verificamos que os primeiros semestres na universidade para os sujeitos investigados se mostram marcados por dificuldades que ganham formas principalmente pela forma de ensino vivenciado na escola e agora na Universidade. Os estudantes comentam sobre os assuntos acadêmicos que são aplicados em sala sem considerar o que estudaram antes, indicando problemas no aprendizado por não saberem de conteúdos que deveriam ter sido vistos no ensino médio. O que denota as discrepâncias e deficiências que permeiam as escolas brasileiras. Sobre isso e de acordo com Dayrell (2005) enfatiza-se que a estrutura das escolas, incluindo a própria infra-estrutura oferecida, e os projetos político-pedagógicos ainda dominantes em grande parte das escolas não respondem aos desafios que estão postos para a educação dessa parcela da juventude.

Para as possibilidades de longevidade escolar e a expansão e interiorização do ensino superior, é condição fundamental que as escolas reconfigurem suas estruturas e estratégias educacionais, contribuindo para a elaboração dos projetos de futuro dos seus estudantes, incluindo a universidade como uma das possibilidades após o ensino médio, familiarizando-os com esta forma de ensino, inclusive através de novas práticas pedagógicas. Desta maneira ainda que os primeiros momentos na universidade tivessem todas as características de uma experiência nova (ansiedade, medo, expectativas, dúvidas), o abandono ou o fracasso seriam consideravelmente reduzidos, pois os estudantes teriam sido preparados para essa possível fase nos trajetos da juventude para a vida adulta.

Para os estudantes até aqui investigados, a universidade seria algo mais fácil. Eles pensavam que seria algo semelhante à escola.

Nas conversas ouvi que

a Universidade é muito mais do que esperava, eu imaginava menos, superou as minhas expectativas e foi mais alem, porque o que eu imaginava era pouco, eu não tinha conhecimento nenhum sobre universidade então... imaginava que a galera fosse mais aberta mais brincalhona, que os professores não fossem tão seguros e não precisava você ficar se estragando tanto, estudando tanto pra tirar uma nota...a universidade era coisa de cinema pra mim então foi tudo surpresa, eu imaginei que não seria tão puxado e que não seria tão difícil assim né! achava que o professor ia ajudar você mesmo! alguns ajudam mais a maioria não ta nem ai pra você, não quer saber se você tá no primeiro semestre, não quer saber se aquilo tudo é novo em sua vida, não quer saber nada de você. Apesar de todas as dificuldades eu gosto de estar na universidade, hoje eu já conheço muito mais pessoas lá dentro, profissionais que trabalham lá dentro como pedagogos, psicólogas, que pra mim são pessoas amigas mesmo! quando estão ali tão dispostos a ouvir...conversam com você e te entende, tenta tranquilizar um pouco e alertar você sobre o que é a universidade.(ENT. 1)

a principio me assustou, uma multiplicidade de coisas, foi completamente diferente, foi uma surpresa a cada dia uma surpresa diferente e até hoje to me surpreendendo! a construção do conhecimento é dolorosa, é desmotivante...eu entrei na universidade pensando uma coisa hoje eu sei que a universidade é outra coisa é tão outra coisa que eu ainda vou descobrir qual é essa coisa, por que eu vou ta sempre descobrindo, ainda mais agora que eu to me disponibilizando a conhecer. Eu entrei na universidade pensando que era fácil, por exemplo eu nunca imaginaria eu nunca ia pensar, por exemplo que os métodos de avaliação fossem tão rígidos que os professores seriam tão mais...pensei que seria tipo uma escolona (rsrs) porque no ensino médio os professores...eles o mínimo preparo eles não dão pra quem pretende entrar na universidade, ninguém nem fala em entrar pra universidade! porque a idéia é concluir o ensino médio, sair dali fazer um curso técnico, ir trabalhar nas fabricas ou nas industrias principalmente nas cidades do interior onde eu vivo que não tem muita opção, então eu quis com o incentivo da minha mãe, não ser mais uma no meio da multidão, entrei pensando, é aqui que tenho que está se quiser ser alguém.(ENT.2)

Alguns relatos vinculam-se mais a relação de aprendizagem em sala de aula. Apontam sobre a necessidade de conseguir organizar os horários e dar conta das leituras. Os estudantes

investigados compreendem que precisam desenvolver determinadas habilidades para a vida nesse novo espaço. Mas não se sentem subsidiados para isso. Nesse sentido nos dizem que,

É muito diferente o jeito que os professores ensinam na facul do da escola. Na escola era tudo mastigadinho no quadro e na faculdade não! A professora de sociologia mesmo o Maximo que ela põe no quadro é uma estrutura, e os outros ou uma palavra ou o tema do que ele vai explicar então ou você anota ou você fica sem fazer nada. Eu consigo anotar algumas coisas que eles falam mais muitas vezes eu fico boiando...eu acho que eles deveriam exemplificar as coisas melhor pra gente. Porque muitas das vezes os professores passam..a professora "X" mesmo, passou pra gente fazer um fichamento, só que eu não sabia o que era um fichamento. Eles passam as coisas sem saber se a gente sabe fazer. Eu queria que eles exemplificassem mais, tipo que a gente fizesse algumas coisas em sala, tipo um ensaio...(ENT.4)

Esse reconhecimento sobre a necessidade de desenvolver determinadas competências demonstra-se um dos principais passos para o início do reconhecimento de sua nova condição. Neste sentido e dialogando com Santos e Almeida, (2001) apontamos que

quando os alunos tomam consciência dos seus comportamentos de estudo, dos seus níveis motivacionais e cognitivos, conseguem aumentar os seus níveis de auto-regulação na aprendizagem, o que geralmente se traduz num melhor rendimento académico. Os objetivos de aprendizagem são relevantes para o processo de auto-regulação, destacando-se aqui o papel da auto-avaliação na prossecução correcta de estratégias (Cuthberg, 1995). Weinstein e colaboradores (1998) referem que a auto-avaliação dos estudantes universitários, enquanto alunos, favorece uma gestão dos métodos de estudo e das estratégias de aprendizagem de forma adequada para cada tarefa ou situação académica, contribuindo assim para o sucesso escolar. Tais estratégias, ditas de auto-monitorização, poderão ser igualmente importantes na redução da ansiedade presente na generalidade dos momentos e processos avaliativos (VanZile-Tamsen & Livongston, 1998), não sendo frequente a preocupação dos professores com as estratégias utilizadas pelos alunos na preparação dos exames – focando a sua atenção apenas nos resultados (Zimerman,1998). (SANTOS e ALMEIDA, 2001, p.207)

Os estudantes relatam sobre a quantidade de trabalhos que precisam construir em pouco tempo, principalmente no final do semestre, para todas as disciplinas. Sobre isso, cogita-se que o dialogo entre as disciplinas no sentido de pensar em trabalhos coletivos respeitando as especificidades das matérias, se mostraria como uma possível estratégia.

Ainda sobre as diferenças percebidas entre o ensino médio e a educação superior, ouvimos que,

logo de cara nas primeiras semanas você topa com professores, tipo com uma carga...tipo alguns como o professor de sociologia ele tem aquele cuidado de investigar e falar até exemplos da vida dele, experiências que ele viveu por que ele também veio de escola pública e explicar sua realidade e tentar trabalhar nossa mente enquanto estudante de rede pública que tá acabando de entrar pra universidade, ele tem esse cuidado mais os outros não, transmitem o conhecimento sem se preocupar com o que veio antes, então há um choque nesse processo de ensino médio...o professor chega joga todo conteúdo a gente fica assim meio que...resguardado até de fazer uma pergunta se sente...a gente se sente meio que limitado, aí vai passando uns meses e a gente começa a pegar o desenrolar da coisa e começa se envolver com outras pessoas que tão passando pelo mesmo processo de aprendizagem, o choque todo mais...e começa a pegando intimidade com os professores a gente acaba pegando o fio da meada...(ENT.2)

ta sendo muito diferente da vida do colégio do método de ensino do colégio principalmente em dar conta de todas as disciplinas de todas as apostilas no período mesmo que eles pedem que é muita coisa e o colégio não prepara a gente pra isso. Eu to tendo dificuldade mesmo em me adaptar em me organizar nos estudos pra conseguir ter um bom empenho mesmo. A apostila mesmo não dá pra você lê tudo pra aula, fazer um entendimento sobre o assunto pra aula e varias vezes você lê na sala mesmo, pra ter um aprendizado com o professor mesmo na hora que o professor ta explicando... (ENT.5)

Eu acho que é em relação ao aprofundamento, por que assim no meu curso pelo fato de ser uma coisa que trata do cotidiano, da nossa vida mesmo, da minha família do meio em que me integro, eu acho que o aprofundamento que a universidade trata. Disciplinas que eu tinha no colégio como sociologia mesmo eu vejo na universidade, tratada de uma forma totalmente diferente do que eu aprendi. (ENT.4)

tinha noção do que poderia ser a universidade, mas a minha escola não me subsidiou totalmente. Eu tive que tomar cursinho por um ano e meio até depois da aprovação no Enem ainda continuei um tempo. E eu tinha uma noção do que seria a Universidade mas quando eu entrei realmente mudou. Pra mim o difícil seria entrar e depois lá dentro com a vivência as coisas seriam mais tranqüilas. Mas não, também é difícil lá dentro, eu achava que a dificuldade seria entrar na Universidade. (ENT.6)

As respostas em relação ao imaginário que tinham sobre a universidade e a compatibilidade com o que estão vivenciando, foi especialmente inquietante. Em todos os relatos os estudantes indicam que achavam que seria mais fácil. O que me fez recordar a época em que estive no ensino médio, há oito anos atrás. Eu que não sabia ao certo o que era a

universidade, mas como muitos, tinha em mente que se eu quisesse “ser alguém na vida” esse era o caminho. Eu imaginava que a universidade seria algo extremamente difícil, o que se destoa do imaginário dos estudantes até aqui investigados. Algumas considerações sobre esta questão precisam ser assinaladas. De acordo com dados do relatório de primeiro ano do REUNI, a média nacional de jovens brasileiros com a idade entre 18 a 24 anos que tiveram acesso ao ensino superior aumentou para a ordem de 24,31%. Os esforços voltados a expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) tem garantido o ingresso e a mudança de perfil desses estudantes através do aumento do numero de vagas ou das políticas de ações afirmativas, o que vem tornando o acesso a este nível educacional algo mais possível, mesmo com todos os entraves ainda existentes. Neste sentido, torna-se mais freqüente na vida desses estudantes o contato com pessoas que entraram na universidade, ainda que em nosso caso, não no seio familiar, mas entre os amigos. Outra consideração a ser apresentada é sobre a necessidade do desenvolvimento de uma perspectiva de continuidade da vida estudantil dentro da escola para que assim os estudantes possam se familiarizar com os hábitos acadêmicos. Para tanto, devem ser traçadas nas escolas estratégias que preparem os seus alunos da educação básica para a universidade. Tais medidas não devem apenas indicar as possibilidades, ou formas de acesso. As medidas devem se dar, por exemplo, através de medidas dentro da instituição escolar que favoreçam a continuidade dos estudos dos jovens. Estabelecer-se-ia deste modo uma relação de parceria com a universidade, contribuindo com o projeto de democratização do ensino superior no país.

Dificuldades relacionadas a falta de informação sobre a assistência estudantil e de setores na universidade foram apontadas. Os estudantes descrevem a sensação de “estar perdido”, e comentam a falta de apoio institucional. A fim de entender como faziam para lidar com essas situações, fiz indagações neste sentido. Assim pude verificar que outra estratégia fundamental, por eles utilizados foi o estabelecimento e manutenção de relações de amizade, principalmente com estudantes em semestres mais avançados. Em uma das entrevistas o estudante se expressa da seguinte forma:

a minha sobrevivência aqui eu devo muito, ainda hoje, e sempre a meu amigo João Paulo, ele faz Historia vem de uma comunidade próxima a minha, ele ta no ultimo semestre, ele me indicou varias coisas aqui dentro, como eu poderia conseguir a bolsa e como ele é residente, nos momentos que eu ainda não era ele me deu per noites. (ENT.3)

você entra pra universidade forma uma turma no inicio ta todo mundo ali, a partir do segundo as pessoas vão se desagregando, por que você acaba fazendo parte de um determinado grupo ali na sala, ai o grupo vai se desagregando e você vai se sentindo só, daí você fica ô meu Deus! Tô me sentindo só você não consegue entrar em sintonia com as outras pessoas com os outros grupos, só que agora o tempo foi passando e eu to numa situação que eu consigo e eu acho até bom você se disponibilizar a conhecer pessoas de outros cursos fazer novas amizades... pessoas de outras universidades participar dos eventos e ter prazer de fato pelo que você ta fazendo e traçar metas pra onde você quer chegar... Porque se eu for ficar com esse pensamento fechado de que tem que seguir uma linha tudo muito arrumadinho fica muito mecânico. Então essa universidade de coisas que faz a gente traçar metas e não pensar em desistir porque você descobre quando você se disponibiliza a conhecer varias outras coisas, varias outras pessoas vários outros cursos, você vai estimulando pelo menos comigo ta acontecendo isso, tendo mais prazer em ta na universidade e me envolver em grupos em me envolver em grupos de pesquisa e me envolver com outros professores que fazem parte de outros cursos, construir o conhecimento é como se fosse assim um jogo de quebra cabeças, a cada dia eu to conhecendo coisas novas...a questão da segregação foi uma das dificuldades, justamente é isso as pessoas não acabam se identificando com o curso, as pessoas tem que desistir as vezes por questão de saúde, financeira, varias outras razões, vão se desagregando e eu passei por essa fase de ter que me adaptar a isso... (ENT. 2)

Pontuam também sobre a falta de escuta deles enquanto estudantes, na elaboração de ações para eles voltadas. Sobre isso em um dos relatos, um estudante diz:

é um projeto tá vinculado a um programa, gera dinheiro, ta vinculado a um auxilio, mas eu, por exemplo, poderia deixar o meu trabalho totalmente e participar apenas desse projeto? mas será que o dinheiro viria na data certa? por que tem vezes que o programa não paga, a bolsa atrasa e ai como é que fica a vida do estudante fora da universidade? Será que ele vai conseguir se focar nos estudos dele, ou vai ficar preocupado com as situações do dia a dia? Então tudo isso deveria ser colocado em questões lá dentro. Tudo gira em torno da gente então a gente também deveria participar. (ENT. 1)

Sobre a política de assistência estudantil e suas contribuições na formação, os estudantes indicam que os auxílios contribuem para o custeio de algumas coisas, e que estimula a participação em projetos de pesquisa, e que se não fosse essa política seria difícil, ou até mesmo impossível continuar a faculdade. Eles comentam seu amadurecimento pessoal

ao desenvolver atividades com comunidades através da pesquisa, demonstrando a importância da pesquisa e extensão nas suas trajetórias. No entanto alguns pontos negativos são indicados em relação aos auxílios de assistência estudantil, principalmente no sentido da falta de certeza dos auxílios serem depositados mensalmente na mesma data, desta forma os estudantes enfatizam que deixar o trabalho informal seria algo impraticável, visto que esse dinheiro é pontual e com isso evitam atrasos em seus compromissos financeiros.

3.3 Aprendendo o ofício de estudante. “eu não tinha noção do que era a universidade, mas sabia que era por aqui que tinha que vir.”

O ingresso na educação superior é uma das possíveis escolhas realizadas por sujeitos na fase juvenil. Experiência vivenciada por uma pequena parcela da juventude brasileira, impulsionadas por aspectos singulares. Tal escolha gesta-se principalmente pela promessa de ascensão social, na busca de melhores remunerações que podem ser viabilizadas através da obtenção de um diploma universitário. Ao pensarmos em estudantes provindos de escolas públicas, devemos convir que a perspectiva de continuidade escolar após o ensino médio não é desenvolvida neste ambiente. Assim o conhecimento sobre as práticas da vida universitária fica condicionada para aqueles que nela ingressam, e neste processo os estudantes cotistas ficam em considerável desvantagem. Desta forma mesmo sem ter muita noção do como será a vida na universidade, aventuram-se por esse caminho. Assim e na medida em buscamos conhecer o imaginário dos estudantes em relação a Universidade, quais as principais influências os levaram a querer estar neste lugar, percebemos que a família foi uma das principais motivações. A família apresentou-se de modo fundamental tanto na pretensão de ingresso quanto na permanência universitária. Os estudantes indicam que a necessidade de não passar pelas mesmas privações vividas pelos familiares juntamente com o contínuo apoio recebido, de caráter emocional e/ou financeiro foram fundamentais para a continuidade dos estudos. Expressam-se da seguinte forma,

minha mãe foi a pessoa que mais me influenciou, por que ela não teve estudo então ela quer que eu seja o que ela nunca foi...e também eu nunca quis trabalhar em mercado eu quero ter uma profissão, uma vida estável ter meu dinheiro. (ENT. 2)

A minha escola contribuiu para eu ta aqui, mas um incentivo maior foi de minha família mesmo... mas a minha escola, na verdade alguns dos meus professores sempre me motivaram diziam que eu tinha capacidade pra entrar no ensino superior, tanto é que logo quando eu sair do ensino médio eu entrei diretamente aqui.(ENT.3)

inicialmente a gente chega na universidade com a promessa de que, rapaz...não vou morrer pobre! (rsrs) vou ter nível superior e principalmente na minha família que eu sou a única que está fazendo universidade é algo glorioso! Quando eu estava fazendo vestibular...minha família me apoiou, no caso só minha mãe porque eu não tenho uma família completa, não tenho pai presente ele é vivo mais não é presente e principalmente na minha vida acadêmica. Quando a gente entra para universidade a gente entra com uma promessa de realização de um sonho, no meu caso...na verdade fazer um curso de nível superior é um sonho realizado não por mim mas por ela (refere-se a mãe) por que ela não teve oportunidade de estudar por que teve que trabalhar muito jovem pra sustentar os irmãos mais novos e ai ela disse: “ bom! Eu vou lutar pra que meus filhos tenham... se vejam na condição de não ter que ficar como empregado o tempo todo” então quando eu entrei na universidade eu entrei com essa mentalidade de que um dia eu vou ser patroa eu não vou ficar quinem minha mãe na condição de empregado...a garantia que eu tenho disso é a cada dia que eu pisar aqui eu não posso em nenhum momento pensar em desistir apesar de que eu me deparo o tempo todo com isso quando eu vejo as dificuldades que vão aparecendo e o desanimo... (ENT.2)

meu irmão estuda na UEFS e ele sempre me incentivou, os amigos dele que também tinha contado, a minha irmã. E também eu queria ter conhecimento muitas pessoas pensam logo no dinheiro eu também pensava...mas além disso hoje eu quero continuar aprendendo...já consegui abrir muito a minha mente nesse tempinho que to aqui. (ENT. 5)

Observei que o querer ingressar na universidade significa para estes sujeitos uma possibilidade de realização pessoal e ascensão econômica apesar das dificuldades experienciadas no cotidiano acadêmico e em alguns casos com influência indireta da família. Um dos sujeitos diz,

Assim isso partiu de mim mesmo, assim e por vim de uma família que a grande maioria não tem sucesso em nada, então o interesse mesmo partiu de mim, em fazer diferente, em chegar, em crescer um dia na vida, em ser um profissional em ter uma profissão,em que eu possa dizer poxa eu passei por isso tudo e hoje sou o que sou...satisfação pessoal mesmo, de um dia ter uma casa própria, que a minha família não e a maioria do pessoal de minha

família também não tem mora de aluguel...então foi basicamente isso, de poder ter minhas coisas sem precisar de ninguém. (ENT. 1)

Neste sentido, nos apoiamos nas palavras de Guerreiro e Abrantes (2005) incorremos que,

Nas sociedades do conhecimento é atribuída grande importância aos saberes e às qualificações formais, adquiridos mediante o sistema de ensino. Cresce e diversifica-se o leque de ocupações profissionais e técnicas de elevada qualificação a que só acedem os detentores de diplomas de nível superior. (GUERREIRO e ABRANTES, 2005, p.158)

Sobre as características que impulsionam os estudantes a darem continuidade à vida acadêmica, apesar dos problemas em relação ao aprendizado, os entraves vinculados a instituição se mostraram como fatores mais desmotivantes quando se cogita a desistência, os estudantes também relatam que,

ficou mais viável permanecer aqui, morando aqui, mesmo estando longe de meus pais. Por que por exemplo eu teria que ir e vir todos os dias. No início da faculdade era terrível que eu tinha que ir e vir todos os dias, mais de uma hora de viagem..foi muito difícil eu não tive uma boa preparação no ensino médio passei por uma carência em relação a escolaridade, ai quando cheguei aqui a gente se depara com uma outra metodologia de ensino de aprendizado diferente do que tava acostumado isso gerou muita dificuldade...eu pensei varias vezes em desistir muitas das vezes por conta desse desconforto da vivencia do ta aqui, do ter que ir e vir todos os dias...mas eu sempre tive o apoio de meus pais de meu tio, de minha tia principalmente, que foi que sempre me ajudaram a continuar. (ENT. 3)

Percebo que a relação com profissionais vinculados a política de assistência estudantil, e estudantes em semestres mais avançados, aparece como uma das estratégias para conseguirem conhecer a Universidade. Estratégia adotada principalmente pelos estudantes do segundo semestre em que o nível de relacionamento, inclusive com outros estudantes ainda é frágil. Um estudante diz:

eu não pensava como seria estar aqui, não imaginava como seria a vida dentro da universidade, não conhecia muitas pessoas daqui, tenho um amigo que tá formando que faz historia também... mas em minha familia eu sou o primeiro a estar aqui...não imaginei que teria que sair da casa de meus pais, eu imaginei que seria mais fácil, por exemplo em relação a cobrança, as disciplinas, os horários...por que eu já tinha isso no ensino médio, mas aqui a cobrança é maior, aqui eu também me cobro...aqui agente tem que descobrir as coisas, tem que ir atrás. (ENT. 3)

Os estudantes trabalhadores demonstram uma relação diferenciada na organização com os horários. Sobre isso um estudante se expressa da seguinte forma,

e é essa questão agente tendo que mudar toda a rotina pra entrar em outra, conciliar estudo diurno junto com trabalho, junto com tempo pra estudar fora da universidade, junto com familia junto com amigos, isso tudo de uma vez só é muito puxado assim, mas com o tempo a gente vai conseguindo adaptar, eu hoje tenho pra mim que já adaptei e sei que minhas aulas é de tal a tal horário e o restante eu posso fazer.(ENT. 6)

Outra característica que se mostrou peculiar aos estudantes que trabalham foi o fato de suas dificuldades estarem muito mais atreladas à aprendizagem dos conteúdos acadêmicos, alegadas pelo pouco tempo que podem dispor para estudos. Assim e dialogando com Coulon (2008) afirma-se que todos os estudantes aqui investigados (...) “não vivem da mesma maneira, seu ingresso na vida universitária, tampouco sua afiliação acontecerá de forma idêntica” (P. 103)

Os sujeitos deste estudo demonstraram em maior, ou menor medida dificuldades em relação a conseguir se familiarizar com a linguagem e aprendizagem na vida acadêmica. Em um dos relatos ouvi-se que,

tá sendo uma aventura tudo muito diferente, tem coisas que eu escuto na sala de aula que nunca ouvi antes...as vezes até palavras que eu já conhecia mais num contexto totalmente diferente e também a cobrança...é por que assim é muita coisa pra dar conta em pouco tempo... minha escola me ajudou em partes...tinham alguns professores que falavam sobre universidade, tinha uma professora que falava assim: é fácil entrar difícil é sair. E pra mim a maior dificuldade tá sendo a leitura. Eu não tinha muito o

habito de ler então são muitos textos...pra ler e compreender por que muitos são muito complexos. (ENT. 4)

Em relação às mudanças que ocorreram em suas vidas após o ingresso na Universidade verificamos que nos casos em que foi preciso residir na cidade onde estudam, contribuiu para uma série de outras necessidades de adaptação. Agora não só a instituição e a vida intelectual, mas também a de certa forma “se virar só” longe do seio familiar.

Os dados nos fazem refletir que ao se pensar em afiliação a vida universitária não devemos deixar de pontuar a responsabilidade das Instituições de ensino superior na permanência dos estudantes através dos investimentos do poder público, uma forma de gestão orçamentária e administrativa plausível, modelos de ensino/aprendizagem mais dinâmicos, bem como, tipos curriculares menos rígidos. Valorizando e dando espaço as atividades de pesquisa e extensão colaborando assim, com o cenário social e universitário contemporâneo que abrange um público cada vez mais heterogêneo. A expansão e interiorização das Universidades devem e precisam cada vez mais estar vinculada a qualidade, contemplando as necessidades de toda a comunidade acadêmica, através de programas e recursos matérias que auxiliem aos estudantes.

Neste sentido, compreende-se que melhores condições Pedagógicas, institucionais e infra-estruturais irão se refletir diretamente no processo de afiliação ao ambiente Universitário, na medida em que propiciará mecanismos de integração que considerem as peculiaridades dos estudantes contribuindo para que os mesmos estabeleçam de melhor forma, sua relação com o saber e com êxito afilem-se a vida Universitária.

Do mesmo modo infere-se que a pesquisa tende a contribuir, ainda que timidamente com a sistematização de informações relacionadas a vida de estudantes cotistas recém ingressados na universidade, sejam eles trabalhadores ou assistidos pelas políticas de assistência estudantil da universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que o processo de democratização ao ensino superior através da expansão do número de vagas em universidades e das políticas de ações afirmativas e de assistência estudantil é um acontecimento que de fato está favorecendo o acesso de jovens oriundos de camadas populares à universidade, ainda que este número seja irrisório ao compararmos ao contingente total desta população no Brasil. Ressaltando que por muito tempo esse espaço destinava-se às camadas em melhores condições sociais, para quem a continuidade dos estudos é vista como algo não passível de dúvidas ou desconhecimento. São inúmeras as dificuldades vividas por estudantes para conseguirem permanecer no espaço universitário. Com os estudantes cotistas essas dificuldades são potencializadas pelas suas respectivas condições sociais. Nesse sentido, aprender a lidar com as regras acadêmicas e institucionais, para conseqüentemente não fracassar é condição fundamental na trajetória estudantil. Trata-se de um exercício contínuo de abandono de determinados *habitus*, tributários inclusive da experiência escolar. Ao que parece o primeiro passo desse exercício é dado quando se almeja a universidade enquanto uma das possibilidades de futuro e o segundo quando os estudantes conseguem ingressar neste espaço, apesar da alta seletividade ainda presente no ensino público superior¹².

Na busca pela identificação de características e dificuldades que envolvem o processo de engajamento e afiliação destes estudantes na Universidade percebemos que as principais dificuldades vinculam-se às diferenças entre a forma de ensino vivenciada no ensino médio e agora nessa nova instituição. Tais dificuldades ganharam proporções diferenciadas entre os estudantes residentes em Cachoeira e os que voltavam para suas cidades de origem. Para os estudantes investigados que residem na cidade por conta dos estudos, verificamos um contato maior com a universidade, o que se reflete positivamente no ritmo da afiliação estudantil. Alguns estudantes demonstraram o desejo de morar na cidade em que estudam. Alguns alegaram a inviabilidade por conta do emprego e outros afirmaram que não teriam condições de se manter apenas com a bolsa. Sobre isso, é válido apontar que a presença de mecanismos como um restaurante universitário, residência estudantil, se mostrariam como possibilidades na decisão de morar “na universidade.” Figurando-se como um aspecto positivo para o aprendizado do ofício de estudante, uma vez compreendido para além das salas de aula.

¹² Para uma visualização estatística ver censo da Educação superior brasileira na página do INEP. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior>

De acordo com Cunha e Carrilho (2005), para o estudante universitário alcançar o sucesso acadêmico “é necessário que desenvolva determinadas competências, tais como: o estabelecimento de relações interpessoais, o sentido de identidade e o processo de tomada de decisão acerca da carreira.” Esse entendimento e a capacidade de desenvolver tais competências torna-se uma tarefa significativamente árdua para os estudantes cotistas. Sem desconsiderar o esforço individual, os percursos anteriores a experiência na universidade pesam de tal forma que tendem a diminuir o ritmo no processo de afiliação destes estudantes. Foi interessante perceber a auto avaliação dos mesmos sobre suas limitações e necessidades frente às dificuldades de aprendizagem. Esse reconhecimento é fundamental na busca por alternativas e o delineamento de estratégias para o desenvolvimento dos estudos.

O ato de pensar ler e escrever são tarefas que devem se tornar naturais aos estudantes. As dificuldades relacionadas ao aprendizado mostraram-se vinculadas ao pouco hábito de leitura, e conseqüentemente limitações na escrita. Daí a importância inclusive da implementação do que Coulon (2008) denota enquanto uma “pedagogia da afiliação” com vistas a fomentar a escrita, através de um diário de afiliação escrito pelo estudante e acompanhado pelo professor e a criação de cursos sobre metodologia documental.

Neste sentido, acrescentamos que na mesma medida em que a escola não prepara para continuidade dos estudos, a Universidade não reconfigura-se adotando uma postura que contribua na afiliação dos estudantes. Assim, podemos inclusive indicar que os jovens então ingressantes na educação superior são beneficiários de um processo de inclusão e exclusão ao mesmo tempo. Deste modo, podemos inferir que junto à garantia do acesso, é também necessário o condicionamento da permanência destes sujeitos. Dialogando com Santos e Almeida Filho (2007) ressaltamos que tal iniciativa deve gesta-se através de ações que estabeleçam parcerias com as escolas publicas, e um acompanhamento diferenciado aos estudantes cotistas.

Neste sentido, consideramos que as políticas voltadas para a permanência dos estudantes devem ser pensadas numa perspectiva que contemple tal diversidade. Afiliação no nível institucional e intelectual para os estudantes é condição necessária para a obtenção de um bom desempenho acadêmico. De acordo com Coulon (2008) esse processo é altamente difícil de compreender na medida em que é mais simbólico.

De modo sistemático o que dizemos aqui é que a universidade enquanto bem público, precisa atentar-se sobre os mais diversificados segmentos sociais nela existente. E que de modo obrigatório deve voltar suas ações para as necessidades desse novo público, assim como, em mudanças na forma em que se estabelece.

Se tornar um estudante universitário, não é uma condição adquirida a partir do momento em ingressamos na universidade. Esta é uma condição construída pelos sujeitos no processo contínuo de interação e imersão neste espaço social. Os estudantes vivenciam cotidianamente situações em que são convocados a se familiarizar com esse novo espaço, em que as coisas não são explícitas.

É neste sentido que podemos considerar que pesquisas interessadas em sistematizar informações relacionadas à vida estudantil, numa perspectiva interna através do contato direto com o sujeito implicado, neste caso jovens estudantes universitários, beneficiários de ações afirmativas, precisam ser cada vez mais disseminadas e adotadas enquanto estratégia pedagógica pelas universidades. Acredita-se que desta forma, os mecanismos de intervenção e garantia de continuidade da vida acadêmica ficarão pautados em características e condições sociais singulares entre sujeitos. O que para a profissão que escolhi desempenhar, o Serviço Social, que se envolve diretamente na elaboração, implementação e viabilização de políticas públicas e sociais, mostra-se inclusive, enquanto possibilidade para o delineamento de novas estratégias com vistas a melhorar as condições de permanência dos estudantes desta instituição.

Vislumbramos contribuir com este trabalho, ainda que modestamente, para uma reflexão sobre a necessidade de problematizar as características e dificuldades da vida estudantil de jovens cotistas. Conclamando as universidades a traçarem estratégias para o engajamento desses estudantes. É sobre este olhar que utilizamos as palavras de *Boaventura de Souza Santos* para dizer que “temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza.” E ao pensarmos na diversidade que conforma o espaço universitário torna-se fundante e necessário “uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.”

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam e ESTEVES, G. Luiz Carlos. **Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas.** Juventudes: outros olhares sobre a diversidade / organização, Miriam Abramovay, Eliane Ribeiro Andrade, Luiz Carlos Gil Esteves. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. (p.19-54) UNESCO, 2007.

BOGDAN, C. Robert e BIKLEN, K.Sari. *A investigação qualitativa em educação.* Ed. Porto Editora, 1994.

CAMARANO, Ana Amelia; LEITÃO E MELLO, Juliana; PASINATO; Maria Tereza; KANSO, Solange. **Caminhos para a vida adulta: As múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros.** *Rev. última década* nº21, cidpa valparaíso, diciembre 2004, pp. 11-50.

CAMARANO, Ana Amélia. **Considerações finais: transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Cap 11.pmd 2006. Disponível em: <http://www.portaldoenvelhecimento.org.br/artigos/Setembro2007/transicao.pdf> .acesso em maio de 2013.

CARNEIRO, Ava da Silva Carvalho. **Caminhos universitários: a permanência de estudantes de origem popular em cursos de alto prestígio.** – Salvador, 2010. Dissertação (mestrado)

CASSAB, Clarice. **Refazendo percursos: considerações acerca das categorias jovem e juventude no Brasil.** *Perspectiva*, erechim. v.34, n.128, p. 39-51, dezembro/2010

COIMBRA, C. & NASCIMENTO, M. L. do. **Jovens pobres: o mito da periculosidade.** In: FRAGA, P.C.P. e JUNIANELLI, M.A.S. (orgs), *Jovens em tempo real.* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

COULON Alain. **A Condição de Estudante: a entrada para vida universitária.** Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. **O sucesso estudantil e sua avaliação: que política universitária é possível?** *Observatório da vida estudantil: estudos sobre a vida e culturas universitárias.* Georgina Gonçalves dos Santos; Sônia Maria Rocha Sampaio (Org). p.19-30, Salvador : Eufba, 2012.

_____. **Etnometologia e educação.** Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

CUNHA, Simone Miguez e CARRILHO, Denise Madruga. **O processo de adaptação ao ensino superior e o rendimento acadêmico.** *Rev. Psicologia Escolar e Educacional*, 2005 Volume 9 Número 2.

CHAUI, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Revista brasileira de educação. Set /Out /Nov /Dez 2003 No 24

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber – elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 9.ed-São Paulo, Cortez,2008.

DAYRELL, Juarez Tarcísio e GOMES, Nilma Lino. **A juventude no Brasil**. Disponível em: <http://www.cmjbh.com.br/arq_Artigos/SESI%20JUVENTUDE%20NO%20BRASIL.pdf > acesso em: junho de 2013.

DAYRELL, Juarez. **A Escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil**. In: Vieira, M. M. (org.). Actores educativos: escolas, jovens e média. Lisboa, 2007. Disponível em: <http://www.labes.fe.ufrj.br/cespeb/juarez_dayrell.pdf > Acesso em: abril de 2013.

DUBET, François. **As desigualdades multiplicadas**. Revista Brasileira de Educação, maio-ago,2001. nº 017. Associação Nacional de Pesquisa e Pós- Graduação e pesquisa em educação. p.5-19.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **A recepção do instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro** In: SANTOS, Sales Augusto dos (org). Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: MEC/SECAD, 2007. P. 47- 82

GUERREIRO, M. das D.; ABRANTES, P. **Como Tornar-se Adulto: processos de transição na modernidade avançada**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 20 (58), 157-175, 2005.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 13.ed-Petrópolis, RJ: Vozes,2011.

JACCOUD, L.; BEGHIN, N. **Desigualdades Raciais: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: IPEA, 2002.

JACCOUD, Luciana e THEODORO, Mário. **Raça e Educação: os limites das políticas universalistas**. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org). Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: MEC/SECAD, 2007. P. 105-120

LEFEBVRE, Henri. **A irrupção**. São Paulo: Editora Documentos, 1968.

MINISTÉRIO.daEducação/MEC<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18150:lei_decotas-e-regulamentada-e-portaria-esclarece-a-aplicacao-&catid=212 > acessado em 02 de maio de 2013.

MEDEIROS, Carlos Alberto. **Ação Afirmativa no Brasil: um debate em curso**. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org). Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: MEC/SECAD, 2007. p. 120-139

MUNANGA, K. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil – um ponto de vista em defesa de cotas**”. Revista Espaço Acadêmico, mar. 2003.
<http://www.espacoacademico.com.br/022/22cmunanga.htm>

OJALA, Raisa. **Projetos de futuro de jovens universitários no Distrito Federal: um estudo de caso** Acesso em: maio de 2013. Disponível em: http://btdt.bce.unb.br/tesdesimplificad/o/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3834

PAIS, José Machado. **A construção sociológica da juventude: alguns contributos**. Análise Social, vol. XXV (105-106), 1990 (1.º, 2.º), 139-165.

PAIVANDI, Saeed. **A qualidade da aprendizagem dos estudantes e a pedagogia na universidade**. Observatório da vida estudantil: estudos sobre a vida e culturas universitárias. Georgina Gonçalves dos Santos; Sônia Maria Rocha Sampaio (Org). Salvador: Edufba, 2012. p. 31-60

PIOVESAN, Flavia. **Ações Afirmativas sob a Perspectiva dos Direitos Humanos**. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: MEC/SECAD, 2007. P. 35-45

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Desigualdade no ensino superior: cor, status e desempenho**. In: 26ª Reunião Anual da ANPED. Novo governo, Novas políticas? Poços de Caldas 2003

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. Brasília 2004.

_____. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa e FILHO, Naomar de Almeida. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra, 2008

SANTOS, Luisa e ALMEIDA, Leandro. **Vivências acadêmicas e rendimento escolar: Estudo com alunos universitários do 1.º ano**. Análise Psicológica (2001), 2 (XIX): 205-217

SPOSITO, Marília. **Juventude, crise de identidade e escola**. Publicado em 2007. Disponível em: http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/sec21/chave_artigo.asp?cod_artigo=1088

VIEIRA Junior, Ronaldo Jorge A. **Rumo ao Multiculturalismo: a adoção compulsória de ações afirmativas pelo Estado brasileiro como reparação dos danos atuais sofridos pela população negra**. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: MEC/SECAD, 2007. p. 83-101

WELLER, Wivian . **Karl Mannheim: Um Pioneiro Da Sociologia Da Juventude**. Acesso em: agosto de 2013. Disponível em: <https://www.espm.br/ConhecaAESPM/CAEPM/nucleodee estudosdajuventude/Documents/Banco%20de%20Dados%20Jovens/10.%20SOCIOLOGIA%20DA%20JUVENTUDE/10.23.%20mannheim%20sobre%20sociologia%20da%20juventude.pdf>

APÊNDICE

APÊNDICE 1 - Roteiro de entrevista compreensiva

- Devo começar a conversa procurando saber coisas do tipo: onde mora, com quem... (e o que se manifestar pertinente).
- Fale um pouco sobre como está sendo viver longe de casa (caso o estudante more em cachoeira por conta dos estudos)
- Quando você pensa em seus primeiros momentos na universidade, e sua vivência no ensino médio, quais foram às diferenças mais complicadas de lidar?
- Você sente que a sua escola o subsidiou para o que lhe é “cobrado” na universidade?
- Nesse processo de integração a vida Universitária, quais dificuldades você vivencia e/ou vivenciou? Como imaginou que seria fazer parte desse “mundo”?
- Antes de entrar na Universidade você conhecia as políticas de assistência para os estudantes? Hoje, até que ponto ela te auxilia.
- Fale um pouco sobre como é conciliar trabalho e estudos. (esta questão será abordada apenas com os dois estudantes trabalhadores)